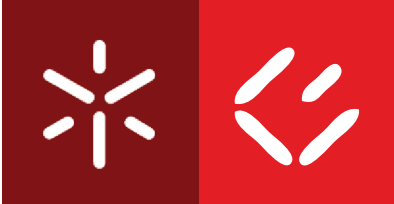




Ana Rita Rente Alvadia

**O Grau de Divulgação de Informação no
Relatório de Transparência das Empresas
de Auditoria (SROC): Evidência do
Mercado Português**

Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão





Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Ana Rita Rente Alvia

**O Grau de Divulgação de Informação no
Relatório de Transparência das Empresas
de Auditoria (SROC): Evidência do
Mercado Português**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Contabilidade

Trabalho efetuado sob a orientação da
**Professora Doutora Tânia Micaela de Brito e
Meneses Montenegro Barbosa**

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações

CC BY-NC-ND

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

AGRADECIMENTOS

A presente dissertação de mestrado é o resultado de uma longa viagem, com diversos desafios, incertezas e percalços, bem como tristezas e alegrias, reunindo a colaboração e contributo de várias pessoas e da instituição, de forma direta ou indireta, às quais gostaria de exprimir os meus sinceros agradecimentos e profundo reconhecimento.

Em primeiro lugar, agradeço à Professora Doutora Tânia Micaela de Brito e Meneses Montenegro Barbosa, pela disponibilidade manifestada desde o início e orientação exemplar, pautada pela exigência e rigor, pelo elevado nível científico, pela visão crítica e oportuna, pelo empenho e dedicação, pelos conselhos, pela acessibilidade, cordialidade e simpatia demonstradas e pela confiança e estímulo, que se tornaram cruciais em determinados momentos desta etapa e que enriqueceram todo o trabalho desenvolvido. Manifesto aqui a minha eterna gratidão.

À Universidade do Minho, por me ter proporcionado a oportunidade de fazer formação na área que ambicionava e, desta forma, ter contribuído com um ambiente criativo, agradável, motivador e repleto de oportunidades, para esta experiência de sabedoria e crescimento pessoal. Sou grata a cada membro do corpo docente, à direção e à administração desta instituição de ensino.

A todos os amigos e colegas, que de uma forma direta ou indireta contribuíram na elaboração deste estudo, agradeço por toda a força, paciência, atenção, incentivo e apoio total. Todos os momentos partilhados durante esta etapa tão desafiadora da minha vida académica também fizeram toda a diferença e, por isso, um muito e eterno obrigada.

Por último, agradeço à minha família, especialmente aos meus pais, irmã e avós, pelo apoio e compreensão inestimáveis, pelos vários sacrifícios suportados e constante encorajamento, e pela força e amor incondicional. Obrigada por acreditarem e desejarem sempre o melhor para mim, sem vocês a realização desta etapa da minha vida não seria possível.

A todos, o meu sincero e profundo Obrigada!

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivos avaliar o grau de divulgação de informação feito pelas SROC no relatório anual de transparência em Portugal, e explorar os fatores corporativos que explicam essa divulgação. Para tal, foi obtida uma amostra de relatórios de transparência de 54 SROC que auditam EIP em Portugal para o ano de 2017. Os resultados mostram um grau satisfatório de divulgação no relatório de transparência pelas SROC portuguesas. Contudo, uma análise pormenorizada, permite perceber que uma percentagem significativa das SROC (60%) não usa o modelo mais abrangente do relatório de transparência previsto pelo Regulamento (UE) n.º 537/2014 (modelo obrigatório desde 01.01.2016, mas sim o modelo previsto pelo art. 62º do EROC), e por isso não divulga informação sobre a rotação dos sócios principais e do pessoal.

Exploramos a dimensão da SROC como fator explicativo do grau de divulgação de informação no relatório anual de transparência. Usamos 5 *proxies* para medir a dimensão das SROC, mas apenas a variável *Nsócios* (número de sócios de cada SROC) revelou uma associação positiva e estatisticamente significativa com o índice de divulgação no relatório de transparência. Assim, uma das vertentes da dimensão das SROC, o número de sócios da SROC, surge como fator explicativo do grau de divulgação no relatório de transparência. Contrariando estudos prévios (Bedard *et al.*, 2010; Deumes *et al.*, 2012; Zorio-Grima *et al.*, 2017), o volume de negócios da SROC não se mostra relacionado de forma positiva e significativa com o grau de divulgação no relatório de transparência. Em consonância com Zorio-Grima *et al.* (2017) e Pivac e Cular (2012), as *Big Four* e as SROC pertencentes a rede internacional não apresentam um grau de divulgação no relatório de transparência significativamente maior do que as restantes. A relação entre o grau de divulgação no relatório de transparência e o peso relativo dos honorários de auditoria no volume de negócios total da SROC (*proxy* para a independência dos auditores) não se mostrou estatisticamente significativa. Embora o resultado obtido mostre que as SROC com maior peso dos honorários de auditoria face ao volume de honorários totais, divulgam mais informação no relatório de transparência, não se pode concluir que a independência dos auditores é um fator determinante desse grau de divulgação de informação.

Palavras chave: Auditoria; Divulgação; Entidades de Interesse Público; Relatório de Transparência.

ABSTRACT

This master dissertation aims to analyze the degree of disclosure in annual transparency reports in Portugal, and explore corporate factors of audit firms associated with that degree of disclosure. It was used a sample of 54 transparency reports of Portuguese audit firms that audit public interest entities, for the 2017 year. The results show a satisfactory degree of disclosure in annual transparency reports by Portuguese audit firms in 2017. However, a detailed analysis, shows that 60% of the Portuguese audit firms adopt the transparency reports model exhibited in the OROC Statute, instead of that one advocated by the UE Regulation n.º 537/2014 (model which is mandatory in Portugal since 01.01.2016), and so, they do not disclose information on partners and audit teams rotation policies.

We explored five proxies of audit firms' dimension as determinants of the degree of disclosure in annual transparency reports. However, only one proxy, the audit firm number of partners, revealed a positive and statistically significant association with the disclosure index of annual transparency reports. Contradicting prior studies (Bedard *et al.*, 2010; Deumes *et al.*, 2012; Zorio-Grima *et al.*, 2017), the audit firm total fees is not related in a positive and significant way with the disclosure index of transparency reports. Consistent with Zorio-Grima *et al.* (2017) and Pivac and Cular (2012), the Big Four audit firms and those belonging to a network do not present a degree of disclosure in annual transparency reports significantly different from other audit firms. The degree of disclosure in annual transparency reports and the weight of audit fees on total fees (a proxy for auditors' independence) are not associated in a statistically significant way. Notwithstanding the result reveals a positive impact of the weight of audit fees on total fees on the disclosure index of annual transparency reports, we cannot conclude that auditors' independence is a determinant factor of that degree of disclosure.

Keywords: Auditing; Disclosure; Public Interest Entities; Annual Transparency Report.

ÍNDICE

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS.....	ii
AGRADECIMENTOS	iii
DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE.....	iv
RESUMO	v
ABSTRACT	vi
ÍNDICE	vii
LISTA DE ABREVIATURAS	viii
ÍNDICE DE TABELAS.....	ix
1. Introdução	10
1.1. Relevância do estudo	10
1.2. Objetivos e Questões de Partida.....	13
1.3. Contributos do estudo.....	13
1.4. Estrutura do estudo	13
2. Revisão de Literatura	14
2.1. A Auditoria no Contexto Internacional – Factos Recentes	14
2.2. Recentes Alterações na Auditoria no Contexto da União Europeia	16
2.3. A Auditoria Financeira em Portugal	19
2.4. Recentes Exigências de Divulgação de Informação aos Auditores das EIP - O Relatório de Transparência	22
2.5. Principais Áreas de Divulgação no Relatório de Transparência.....	30
2.6. Revisão de Estudos Sobre os Relatórios de Transparência.....	39
3. Estudo Empírico	41
3.1. Hipóteses de Investigação	42
3.2. Amostra.....	45
3.3. Variáveis do Estudo e Modelo de Investigação.....	46
3.4. Análise e Discussão dos Resultados	48
3.4.1. Análise Descritiva	48
3.4.2. Análise Multivariada.....	51
4. Conclusão.....	55
5. Referências Bibliográficas.....	58
APÊNDICES	63

LISTA DE ABREVIATURAS

AICPA	<i>American Institute of Certified Public Accountants</i>
CEAOB	<i>Committee of European Auditing Oversight Bodies</i>
CEDP	Código de Ética e Deontologia Profissional
CE	Comissão Europeia
CEE	Comunidade Económica Europeia
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
CNSA	Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria
CROC	Câmara dos Revisores Oficiais de Contas
EIP	Entidade de Interesse Público
EOROC	Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas
EUA	Estados Unidos da América
GAAS	<i>Generally Accepted Auditing Standards</i>
IAASB	<i>International Auditing and Assurance Standards Board</i>
IAESB	<i>International Accounting Education Standards Board</i>
IDRT	Índice de Divulgação de informação no Relatório de Transparência
IESBA	<i>International Ethics Standards Board for Accountants</i>
IFAC	<i>International Federation of Accountants</i>
IOSCO	<i>International Organization of Securities Commissions</i>
IPSASB	<i>International Public Sector Accounting Standards Board</i>
ISA	<i>International Standards on Auditing</i>
ISAE	<i>International Standards on Assurance Engagements</i>
ISQC	<i>International Standard on Quality Control</i>
ISRE	<i>International Standard on Review Engagement</i>
ISRS	<i>International Standards on Related Services</i>
OROC	Ordem dos Revisores Oficiais de Contas
PCAOB	<i>Public Company Accounting Oversight Board</i>
RJSA	Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria
ROC	Revisor Oficial de Contas
SEC	<i>Security Exchange Commission</i>
SOX	<i>Sarbanes-Oxley Act</i>
SROC	Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
UE	União Europeia

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Informação a divulgar no relatório de transparência	29
Tabela 2: Codificação dos itens de divulgação no relatório de transparência	46
Tabela 3: Estatísticas descritivas	49
Tabela 4: Matriz de correlação de <i>Pearson</i>	50
Tabela 5: Análise da multicolinearidade através do <i>VarianceInflationFactor</i> (VIF)	51
Tabela 6: <i>Ordered Logistic Regression</i> com todas as variáveis do modelo	53
Tabela 7: <i>Ordered Logistic Regression</i> excluindo variável B4.....	54
Tabela 8: <i>Ordered Logistic Regression</i> excluindo SROCs com problemas na variável PHA	55

1. Introdução

1.1. Relevância do estudo

Os escândalos contabilísticos ocorridos no início do século XXI na Europa (*Parmalat* e *Royal Ahold*) e nos Estados Unidos da América (EUA) (*Enron*, *WorldCom*, *Tyco*, entre outros) e mais recentemente, o surgimento da crise financeira internacional, a falência de grandes empresas do setor financeiro, promoveram um debate público em torno do papel e do valor de uma auditoria às demonstrações financeiras (Sikka, 2009). A falta de credibilidade das demonstrações financeiras das empresas envolvidas nesses escândalos dissipou a confiança dos mercados, e acentuou a percepção por parte dos investidores e restantes *stakeholders* de que a informação financeira divulgada pelas empresas pode não refletir a sua verdadeira performance. Este contexto tem suscitado junto da comunidade académica e das entidades reguladoras da profissão de auditoria um intenso debate sobre a qualidade da auditoria e os fatores que estão na sua base, com grande enfoque nos temas relacionados com a independência dos auditores¹.

Os EUA, de forma pioneira, tomaram algumas ações concretas, na recuperação da credibilidade da auditoria e do sistema de relato financeiro das empresas perante os investidores, criando mecanismos para transmitir confiança e assegurar a responsabilidade corporativa das organizações perante os seus investidores e acionistas. Assim, surgiu a *Sarbanes-Oxley Act* (SOX), considerada a maior reforma do mercado de capitais americano desde a introdução da sua regulamentação, logo após a crise financeira de 1929.

A SOX foi criada em 2002 pelo Congresso dos Estados Unidos para aprimorar a governação corporativa e a prestação de contas, incluindo nas suas regras a criação de mecanismos de auditoria e segurança confiáveis nas empresas, e definindo regras para a criação de comités encarregados de supervisionar as suas atividades e operações, garantindo a transparência dos atos da gestão, e dos próprios auditores. Assim, todas as empresas, sejam americanas ou não, com ações cotadas em bolsa nos EUA e supervisionadas pela *Securities and Exchange Commission* (SEC) passaram a ter de seguir as regras definidas na SOX. Esta Lei torna os Diretores Executivos e Financeiros das empresas explicitamente responsáveis por estabelecer e monitorar a eficácia dos controlos internos em relação aos relatórios financeiros e à divulgação de informação. Como organismo máximo incumbido da supervisão pública da auditoria às

¹Nesta dissertação a expressão “auditores” e “revisores oficiais de contas” são usadas como sinónimos.

empresas enquadradas na SOX foi criado o *Public Company Accounting Oversight Board* (PCAOB).²

O PCAOB tem como missão realizar a supervisão e o controlo de qualidade da atividade dos auditores que realizam auditoria às Entidades de Interesse Público (EIP) dos EUA e a emissão de normas de auditoria, tal como atuar com ética e independência em relação aos processos de inspeção e a emissão dos relatórios de auditoria. Assim, os auditores de empresas sujeitas à SOX deverão registar-se no PCAOB.³

Na União Europeia (UE), e à semelhança do sucedido nos EUA, a ausência de uma abordagem harmonizada da revisão legal das contas, e os vários escândalos financeiros ocorridos entre os seus Estados-Membros, e com o intuito de mitigar a situação e revitalizar a confiança dos investidores, procedeu-se à reformulação da 8ª Diretiva por forma a conter as recomendações necessárias. Esta reformulação deu lugar à Diretiva 2006/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de maio de 2006.

A Diretiva 2006/43/CE tinha em vista a harmonização da revisão legal por contas na UE e estabelecia os requisitos mínimos para o controlo de qualidade da revisão oficial de contas dos Estados-Membros, bem como os princípios fundamentais para a independência dos Revisores Oficiais de Contas (ROC) na UE.

Apesar das medidas implementadas, os escândalos financeiros sucederam-se e a crise financeira de 2008 levantou várias questões relacionadas com a independência do auditor, a qualidade da auditoria e a transparência da informação financeira. Casos como o do *Lehman Brothers*, da Petrobras, e do BPN e BES em Portugal, levaram a Comissão Europeia a defender a necessidade de se implementarem medidas mais restritivas para estabilizar o sistema financeiro na UE. Assim, em 2010, a UE inicia um processo de reforma europeia do mercado de auditoria, com o lançamento do Livro Verde “Política de auditoria – as lições da Crise”, que culminou na publicação da Diretiva 2014/56/UE de 16 de abril de 2014, e do Regulamento (UE) n.º 537/2014 de 16 de abril de 2014 no Jornal Oficial da União Europeia em 27 de maio de 2014, e na consequente alteração da Diretiva 2006/43/CE.

A Diretiva 2006/43/CE e posteriormente a Diretiva 2014/56/UE (que alterou a anterior) e o Regulamento (UE) n.º 537/2014 englobam medidas concretas que visam reforçar o dever

²https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_Sarbanes-Oxley

³<https://pcaobus.org/Pages/default.aspx>

de independência, integridade e objetividade dos ROC e sociedade de ROC (SROC), sendo um desses mecanismos a obrigatoriedade de publicação anual de um relatório de transparência pelos ROC e SROC que realizem revisão legal das contas de EIP (art. 40º da Diretiva 2006/43/CE).

A transposição da Diretiva 2006/43/CE para o direito interno português deu-se através do Decreto-Lei n.º 224/2008, de 20/11 e do Decreto-Lei n.º 225/2008, de 20/11, entretanto já revogados aquando da transposição da Diretiva 2014/56/UE e do Regulamento (UE) n.º 537/2014, através da Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro, que aprova o novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (EOROC) e a da Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro, que aprova o novo Regime Jurídico de Supervisão de Auditoria (RJSA). Assim, em Portugal à luz do artigo 62.º-A do EOROC também vigora a obrigatoriedade de todos os ROC e SROC que realizam a auditoria às contas de EIP, publicarem no seu sítio na *Internet*, no prazo de três meses a contar do fim de cada exercício financeiro, um relatório anual de transparência. Nesse relatório, os ROC/SROC são obrigados a divulgar informação sobre a sua estrutura jurídica e de propriedade e de governação, sobre a pertença a uma rede, sobre o sistema interno de controlo de qualidade implementado e ao nível da formação dos recursos humanos, bem como a fazer uma declaração sobre as práticas de independência, e a declarar o valor dos honorários de auditoria e de outros serviços, entre outras informações.

Segundo Deumes, Schelleman, Bauwhede e Vanstraelen (2012) a motivação subjacente à exigência da emissão do relatório de transparência tem a ver com a presunção de que uma maior transparência ao nível das práticas de governação das empresas de auditoria revelará a qualidade da auditoria e permitirá fazer a diferenciação entre as empresas de auditoria.

A literatura internacional acerca do grau e qualidade da informação divulgada no relatório anual de transparência pelas empresas de auditoria é escassa (Zorio-Grima, Benau, Grau & Oieda, 2017), e ao nível do mercado português da auditoria, não se conhece, até à data, nenhum outro estudo sobre este tema. A escassez de estudos nesta área é a motivação para a realização desta dissertação.

1.2. Objetivos e Questões de Partida

Esta dissertação tem por objetivos fundamentais avaliar o grau de divulgação de informação feito pelas SROC no relatório anual de transparência em Portugal, e explorar os fatores corporativos que explicam essa divulgação. Para alcançar os objetivos fundamentais do estudo, formulam-se as seguintes questões de investigação:

- 1- Qual o grau de divulgação de informação no relatório anual de transparência feito pelas SROC em Portugal?
- 2- Quais os fatores corporativos relacionados com o grau de divulgação de informação no relatório anual de transparência feito pelas SROC em Portugal?

1.3. Contributos do estudo

Esta dissertação contribui para a literatura na área da qualidade da auditoria, em particular sobre a divulgação de informação pelos auditores nos relatórios de transparência e os fatores corporativos que explicam esse grau de divulgação. Mais relevante, esta dissertação analisa a realidade portuguesa, inexplorada até à data, o que trará informação útil para as entidades reguladoras da profissão em Portugal e na UE.

1.4. Estrutura do estudo

A secção 2 apresenta a revisão de literatura, contextualizando as alterações na área da auditoria das últimas duas décadas a nível internacional, da UE, e em Portugal. Especifica ainda, as exigências em termos de divulgação de informação no relatório de transparência, e apresenta os estudos prévios realizados a nível internacional sobre esse tópico. A secção 3 apresenta o estudo empírico, as hipóteses de investigação, a metodologia, o modelo de investigação e suas variáveis, bem como os resultados das estatísticas descritivas e da análise multivariada, e a sua discussão à luz da literatura anterior. A secção 4 conclui o estudo.

2. Revisão de Literatura

2.1. A Auditoria no Contexto Internacional – Factos Recentes

Danos económicos significativos ao nível dos mercados de capitais e da economia podem ter resultado da perda de independência dos auditores e do seu envolvimento em vários escândalos financeiros internacionais (Sikka, 2009). Tendo a auditoria um papel de grande relevância nos mercados de capitais e de forma a proteger os investidores e demais *stakeholders*, várias jurisdições a nível internacional começaram a exigir determinados requisitos às empresas de auditoria para melhorar o controlo da qualidade, no sentido de assegurar a independência do auditor, sobretudo no que respeita à prestação de serviços de auditoria a EIP (*International Organization of Securities Commissions* – IOSCO, 2009).

Nos EUA, os *Generally Accepted Auditing Standards* (GAAS) emitidos pelo *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA) são as normas de auditoria geralmente aceites e aplicáveis à generalidade das empresas privadas, organizações sem fins lucrativos, governos federais, estaduais e municipais.⁴ O AICPA é a maior associação a nível mundial de membros que representam a profissão contabilística, bem como a que reúne os profissionais que exercem a profissão de auditoria nos EUA. Foi criado em 1887 e a sua função é servir o interesse público, representando muitos setores de atividade em termos de prática contabilística e de auditoria, incluindo indústria e serviços, setor público, educação e consultoria. Em 2002, na sequência de vários escândalos financeiros o Congresso Norte Americano criou a SOX, com o objetivo de promover a qualidade do relato financeiro das empresas, a qualidade da auditoria e a independência dos auditores. A SOX criou um conjunto de regras rígidas e um organismo de supervisão (PCAOB) da atividade exercida pelos auditores das EIP registadas na SEC. O PCAOB, para além de supervisionar a atividade, emite normas de auditoria (aprovadas pela SEC) a serem obrigatoriamente seguidas nas auditorias às EIP registadas na SEC.⁵ Os GAAS são as normas de auditoria aplicáveis à generalidade das empresas, e as normas do PCAOB aplicam-se às auditorias das EIP registadas na SEC.

A nível internacional destaca-se o papel da *International Federation of Accountants* (IFAC), criada no 11.º Congresso Mundial de Contabilistas de Munique, em 1977, organização internacional relacionada com o desenvolvimento e emissão de normas de ética, auditoria,

⁴https://en.wikipedia.org/wiki/American_Institute_of_Certified_Public_Accountants

⁵https://en.wikipedia.org/wiki/Public_Company_Accounting_Oversight_Board

educação e relato financeiro. A IFAC é composta por mais de 175 membros e associados em 130 países e jurisdições, e tem como missão servir o interesse público:⁶

- Contribuindo para o desenvolvimento de padrões e orientações de alta qualidade;
- Facilitando a adoção e implementação de padrões e orientações de alta qualidade;
- Contribuindo para o desenvolvimento de organizações contabilísticas profissionais e empresas fortes de contabilidade, e para práticas de alta qualidade por contabilistas profissionais;
- Promovendo o valor dos contabilistas profissionais em todo o mundo;
- Falando sobre questões de interesse público.

A IFAC estabeleceu vários comitês, responsáveis pela produção de normas a vários níveis: o *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB), o *International Accounting Education Standards Board* (IAESB), o *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA) e o *International Public Sector Accounting Standards Board* (IPSASB).⁷

O IAASB da IFAC emite normas internacionais de auditoria seguidas por empresas de auditoria e organismos reguladores da profissão em todo o mundo, incluindo a UE, que versam sobre vários aspetos da auditoria financeira e outros serviços relacionados, designadamente as *International Statements on Auditing* (ISA), as *International Standard on Review Engagement* (ISRE), as *International Standards on Assurance Engagements* (ISAE), as *International Standards on Related Services* (ISRS), e as *International Standards on Quality Control* (ISQC).⁸

Tal como refere o documento *A Framework for Audit Quality – Key Elements that Create an Environment for Audit Quality* (IAASB, 2014, p.2), o IAASB tem como objetivo:

(...) servir o interesse público, estabelecendo auditoria de alta qualidade, garantia e outros padrões relacionados e facilitando a convergência de padrões internacionais e nacionais de auditoria e garantia, aumentando assim a qualidade e consistência da prática em todo o mundo e fortalecimento da confiança do público na profissão global de auditoria e garantia.

Dentro da estrutura da IFAC destaca-se ainda o IESBA, um órgão independente que desenvolveu o *Code of Ethics for Professional Accountants*. A sua missão é servir o interesse público, e estabelecer padrões éticos, incluindo os requisitos de independência do auditor, com o objetivo de elevar os padrões de conduta e prática ética para todos os auditores e contabilistas a nível internacional. Em 2018, foi publicada a nova versão do *Code of Ethics for Professional*

⁶<https://www.ifac.org/mosaic/about-mosaic/international-federation-accountants>

⁷https://en.wikipedia.org/wiki/International_Federation_of_Accountants

⁸<https://www.ifac.org/>

Accountants, agora intitulado *The International Code of Ethics for Professional Accountants* (incluindo Normas Internacionais de Independência) que entrou em vigor em junho de 2019, tendo como princípios fundamentais a integridade, objetividade, competência profissional e cuidado devido, confidencialidade e comportamento profissional.⁹

A IFAC apresenta-se como um organismo que contribui para o crescimento da profissão de contabilidade e auditoria, transmitindo a importância da profissão num contexto internacional.

2.2. Recentes Alterações na Auditoria no Contexto da União Europeia

Os escândalos financeiros internacionais do início do século XXI e os avanços legislativos dos EUA ao nível da profissão de auditoria, levaram a UE a iniciar um processo de reforma legislativa no âmbito da profissão para o espaço europeu. Em 16 de maio de 2002 a Comissão Europeia emitiu uma recomendação para os Estados-Membros denominada *Statutory Auditors' Independence in the UE: A Set of Fundamental Principles* (Comissão Europeia, 2002), onde chamava a atenção para o facto da Diretiva 84/253/CEE, de 10 de abril de 1982 (Oitava Diretiva, relativa à aprovação das pessoas encarregadas da fiscalização legal dos documentos contabilísticos), se mostrar já desatualizada face ao contexto internacional (sobretudo no âmbito dos escândalos financeiros) e à evolução normativa nos EUA, nomeadamente nos requisitos de independência a exigir aos auditores, e mostrava preocupação pelo facto das regras nacionais dos Estados-Membros em matéria da independência dos ROC diferirem em vários aspetos.

Assim, em 2006, foi aprovada a Diretiva 2006/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de maio de 2006, relativa à revisão legal das contas anuais e consolidadas, que alterou as Diretivas 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho e revogou a Diretiva 84/253/CEE do Conselho. Esta Diretiva (2006, UE) visava uma harmonização parcial de elevado nível, mas não total, dos requisitos da revisão legal de contas na UE, devido à necessidade de reforçar a confiança dos investidores nos auditores e nos mercados financeiros. Além disso, a Diretiva 2006/43/CE incluiu pela primeira vez o termo Entidades de Interesse Público (EIP) e serviu de base legislativa, ampliando as exigências aos auditores destas entidades, sobretudo ao nível dos requisitos de independência. Segundo o art. 2º, parágrafo 13 da Diretiva 2006/43/CE as EIP são “entidades regidas pelo direito de um Estado-Membro, cujos valores mobiliários são

⁹<https://www.ifac.org/system/files/publications/files/IESBA-Handbook-Code-of-Ethics-2018.pdf>

admitidos à negociação num mercado regulamentado de qualquer Estado-Membro". Uma das novidades estabelecidas pela Diretiva 2006/43/CE foi o estabelecimento da rotação obrigatória dos sócios (ROC) principais responsáveis pelas funções de revisão legal das contas das EIP ao final de 7 anos (art.42º, n.º 2) e a exigência aos ROC ou SROC que realizam a revisão legal das contas de EIP que publiquem no seu sítio *Internet*, no prazo de três meses a contar do fim de cada exercício financeiro, relatórios anuais de transparência (art.40º).

No que se refere à revisão das contas das EIP, a cooperação entre os Estados-Membros era uma prioridade da Diretiva 2006/43/CE, no entanto os critérios estabelecidos na Diretiva continuavam a permitir diferenças consideráveis na forma como estavam organizados nos Estados-Membros os sistemas externos de garantia de qualidade dos ROC e das SROC. Assim, é importante referir a Recomendação da Comissão de 6 de maio de 2008 relativa ao controlo de qualidade externo dos ROC e SROC que procedem à revisão das contas de EIP, uma vez que – a autoridade de supervisão pública deve assumir a responsabilidade final pelo sistema de controlo de qualidade externo (§ 4) e deve assegurar a aplicação de políticas e procedimentos adequados, em relação à independência e objetividade do pessoal (§ 10), com comunicação por relatório anual dos resultados globais do sistema de controlo de qualidade (§ 24).

A crise financeira iniciada em 2007 levou a Comissão Europeia a centrar-se na necessidade urgente de estabilizar o sistema financeiro na UE, bem como a debater e analisar a função de auditoria e o seu âmbito, no contexto geral da reforma regulamentar dos mercados financeiros. Desta forma, a Comissão lançou o Livro Verde intitulado «Política de Auditoria: as lições da crise», onde se revelam e avaliam as fragilidades da profissão de auditoria, principalmente no exercício da profissão no âmbito das EIP.

Após quatro anos, e tendo em conta a necessidade de uma maior harmonização das regras a nível da UE, foi publicada a Diretiva 2014/56/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, que altera a Diretiva 2006/43/CE relativa à revisão legal das contas anuais e consolidadas.

Tal como refere o parágrafo 1 da Diretiva 2014/56/UE, a Diretiva 2006/43/CE estabelecia as condições para a aprovação e o registo de pessoas que efetuam a revisão legal de contas, as regras relativas à independência, objetividade e deontologia profissional que lhes são aplicáveis, bem como o enquadramento para a sua supervisão pública, sendo, contudo, necessário criar uma maior harmonização destas regras a nível da UE, para assegurar uma

maior transparência e previsibilidade dos requisitos aplicáveis aos auditores e consolidar a sua independência e objetividade no desempenho das suas funções. Acrescenta ainda que importa também aumentar o nível mínimo de convergência no que respeita às normas de auditoria que servem de base à revisão legal de contas, e, a fim de reforçar a proteção dos investidores, que é importante intensificar a supervisão pública dos ROC e das SROC, dando maior independência às autoridades de supervisão pública da UE e conferindo-lhes poderes suficientes, incluindo poderes de investigação e de imposição de sanções para detetar, dissuadir e prevenir violações das regras aplicáveis no contexto da prestação de serviços de auditoria por ROC e SROC. Estes são os propósitos da Diretiva 2014/56/UE que alterou a Diretiva 2006/43/CE. As principais alterações estabelecidas pela Diretiva 2014/56/UE relacionam-se com algumas definições (a definição de EIP foi alargada – art. 2.º, parágrafo 13), requisitos sobre a independência e objetividade do auditor, controlo de qualidade, novas especializações sobre sanções e penalidades, novo mecanismo para a adoção das ISA da IFAC pelos Estados-Membros e novo conteúdo geral do relatório público de auditoria e relatório suplementar interno para os comités de auditoria no caso das EIP.

O parágrafo 2 da Diretiva 2014/56/UE, realça também que, tendo em conta a relevância pública significativa das EIP, em virtude quer da sua escala e complexidade quer da natureza das suas atividades, é necessário reforçar a credibilidade das demonstrações financeiras auditadas dessas entidades, e que, por conseguinte, as disposições especiais relativas à revisão legal de contas das EIP estabelecidas na Diretiva 2006/43/CE, foram desenvolvidas em maior profundidade num novo Regulamento – o Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014.

O Regulamento (UE) n.º 537/2014 é exclusivamente dedicado aos requisitos específicos para a revisão legal de contas de auditoria das EIP e contempla, entre outros aspetos, as restrições na prestação de serviços distintos de auditoria, novos requisitos relativos à obrigatoriedade que as EIP enfrentam com a rotatividade do auditor externo, os requisitos sobre os relatórios emitidos, requisitos relacionados com a supervisão dos auditores e com o estabelecimento de um novo organismo europeu de supervisão da auditoria, o *Committee of European Auditing Oversight Bodies* (CEAOB).

2.3. A Auditoria Financeira em Portugal

A primeira referência aos ROC na legislação portuguesa encontra-se no Decreto-Lei n.º 49381/69, de 15 de novembro, que estabelecia que o Conselho Fiscal das Sociedades Anónimas tinha que ter como membro um ROC. Só dois anos mais tarde, em 1972, a profissão de ROC viria a institucionalizar-se com a publicação da primeira versão do Estatuto da profissão, através do Decreto-Lei n.º 1/72, de 3 de janeiro. Dois anos depois, a Portaria n.º 83/74, de 6 de fevereiro, criava a Câmara dos Revisores Oficiais de Contas (CROC), cuja designação passou a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) em 1999.

A segunda regulamentação da profissão, que corresponde à segunda versão do Estatuto profissional deu-se com o Decreto-Lei n.º 519-L2/79, de 29 de dezembro, que trouxe algumas alterações essencialmente relacionadas com o alargamento das funções de interesse público dos ROC, com salvaguarda da independência destes.

Em 1987 foi emitido o Código de Ética e Deontologia Profissional (CEDP) e em 1993, com o Decreto-Lei n.º 422-A/93, de 30 de dezembro, deu-se a terceira regulamentação da profissão, correspondendo a uma nova versão dos Estatutos da profissão. Esta terceira regulamentação da profissão foi motivada pela entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE – atualmente UE), em 1 de janeiro de 1986.

A quarta regulamentação da profissão dá-se em 1999, com a aprovação do Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de novembro, motivada pela necessidade de aproximação ao ordenamento jurídico comunitário e a própria evolução da legislação nacional. Assim, o EOROC foi reformulado e a CROC passou a designar-se OROC.

A quinta regulamentação teve origem na transposição da Diretiva 2006/43/CE para o direito interno português, através do Decreto-Lei 224/2008, de 20 de novembro e do Decreto-Lei 225/2008, de 20 de novembro, que altera o EOROC e cria o Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria (CNSA), respetivamente.

O Decreto-Lei 224/2008, de 20 de novembro trouxe grandes alterações ao EOROC (versão de 1999) com particular incidência nas exigências para os ROC/SROC das EIP, e na área da independência dos auditores. Tal como refere o preâmbulo do Decreto-Lei, esta legislação veio concretizar na ordem jurídica nacional um esforço de harmonização de elevado nível dos requisitos da revisão legal de contas por via, seja da exigência de aplicação das normas

internacionais de auditoria, seja da atualização dos requisitos em matéria de formação, seja do reforço dos deveres de ordem deontológica – independência, isenção, confidencialidade, prevenção de conflitos de interesse e outros –, seja ainda da criação de estruturas independentes de controlo de qualidade e de supervisão pública. As alterações manifestaram-se com particular incidência na configuração de um regime jurídico de reforçada exigência aplicável às EIP. Nesse sentido impôs-se, a título de requisito de independência, a rotação do sócio responsável pela orientação ou execução da revisão legal de contas com uma periodicidade não superior a sete anos e a proibição de realização de revisão legal de contas em caso de auto-revisão ou de interesse pessoal, estabeleceu-se o dever de elaboração e divulgação de um relatório de transparência pelos ROC e SROC e sujeitou-se os mesmos a um controlo de qualidade mais frequente – a cada três anos (preâmbulo do Decreto-Lei 224/2008).

O Decreto-Lei 225/2008, de 20 de novembro criou o CNSA, a quem foi atribuída a responsabilidade pela organização de um sistema de supervisão pública dos ROC e SROC, sendo o responsável final pela supervisão do exercício da atividade de auditoria e, simultaneamente, assegurando uma cooperação e coordenação eficazes entre Estados-Membros. A criação desta estrutura decorre da adoção a nível comunitário de um novo modelo de supervisão neste domínio marcado por características de independência (preâmbulo do Decreto-Lei 225/2008).

O Decreto-Lei 225/2008, estabelece no art. 2 a definição de EIP incluindo: “a) Os emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação num mercado regulamentado; b) As instituições de crédito que estejam obrigadas à revisão legal das contas; c) Os fundos de investimento mobiliário previstos no regime jurídico dos organismos de investimento coletivo; d) Os fundos de investimento imobiliário previstos no regime jurídico dos fundos de investimento imobiliário; e) As sociedades de capital de risco e os fundos de capital de risco; f) As sociedades de titularização de créditos e os fundos de titularização de créditos; g) As empresas de seguros e de resseguros; h) As sociedades gestoras de participações sociais, quando as participações detidas, direta ou indiretamente, lhes confiram a maioria dos direitos de voto nas instituições de crédito referidas na alínea b); i) As sociedades gestoras de participações sociais no sector dos seguros e as sociedades gestoras de participações mistas de seguros; j) Os fundos de pensões; l) As empresas públicas que, durante dois anos consecutivos, apresentem um volume de

negócios superior a (euro) 50 000 000, ou um ativo líquido total superior a (euro) 300 000 000”.

O CNSA integrava um representante do Banco de Portugal, da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), do Instituto de Seguros de Portugal, da OROC e da Inspeção-Geral de Finanças (preâmbulo do Decreto-Lei 225/2008).

A necessidade de uma maior harmonização das regras ao nível da UE, culminou na publicação da Diretiva 2014/56/UE e do Regulamento (UE) n.º 537/2014, que foram transpostos para o direito interno português através da Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro, que aprova o novo EOROC (revogando a versão anterior) e a da Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro, que aprova o novo RJSA em Portugal.

A entrada em vigor da Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro, a 1 de janeiro de 2016, fez extinguir o CNSA a 31 de dezembro de 2015, determinando que as suas funções passam a ser desempenhadas pela CMVM. A Lei n.º 148/2015 atribui assim à CMVM a competência, no desempenho das suas atribuições enquanto entidade de supervisão de auditoria, que era desenvolvida pela CNSA, pelo que o arquivo do CNSA transita para a CMVM, os ROC e SROC inscritos na OROC e que pretendam exercer as funções de interesse público (vulgo auditoria às contas e serviços relacionados exigidos por lei), têm de estar registados na OROC e na CMVM, e, entre outras imposições, o controlo de qualidade dos SROC e SROC que realizem revisão legal das contas nas EIP é realizado diretamente pela CMVM.

A Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro, que entrou em vigor a 01 de janeiro de 2016, aprova o EOROC na sua versão atual. As principais alterações face ao Estatuto anterior prendem-se com as exigências relativamente às condições para a realização de revisões legais de contas de EIP. Para além da rotatividade do sócio responsável pela revisão legal de contas das EIP, passa a ser obrigatória a rotação da SROC (art. 54º); o ROC/SROC passa a ter de comunicar por escrito, anualmente, antes da emissão do relatório de auditoria, ao órgão de fiscalização da EIP a sua independência face à entidade auditada e todos os serviços adicionais prestados à entidade auditada (art. 63º e 78º); passa a ser proibida a prestação simultânea de serviços de revisão legal de contas às EIP e diversos serviços distintos da auditoria (art. 77º, n.º 8); passam a existir restrições ao nível dos honorários dos ROC/SROC nos serviços prestados às EIP (art. 77º); o trabalho do ROC de revisão legal das contas nas EIP passa a ser alvo de uma revisão de

controlo interno de qualidade realizada por outro ROC/SROC (independente desse trabalho – art. 80º); entre outras exigências.

Por outro lado, mantém-se a obrigatoriedade dos ROC e SROC que realizem auditoria a EIP, elaborarem e publicarem no seu sítio na *Internet*, no prazo de três meses a contar do fim de cada exercício financeiro, um relatório anual de transparência (art.62º). O art 45º, n.º 6 da Lei 140/2015 refere ainda que os ROC e SROC realizam as revisões, legal ou voluntária, das contas de acordo com as normas internacionais de auditoria adotadas pela Comissão Europeia, exceto quando a revisão tiver por objeto matéria que não seja regulada por norma internacional de auditoria, ou a imposição de procedimentos ou requisitos de auditoria adicionais decorra de exigências legais específicas ou na medida do necessário para reforçar a credibilidade e a qualidade das contas. As normas internacionais de auditoria adotadas pela Comissão Europeia, são as ISA e a Norma Internacional sobre Controlo de Qualidade 1 (ISQC 1) emitidas pela IFAC através do IAASB, na medida em que sejam relevantes para a revisão legal das contas (art. 2º do Lei n.º 148/2015).

2.4. Recentes Exigências de Divulgação de Informação aos Auditores das EIP - O Relatório de Transparência

Em 2006, a UE foi pioneira em termos da exigência da divulgação de informação num relatório anual de transparência por parte dos ROC e SROC que prestem serviços de auditoria nas EIP. A Diretiva 2006/43/CE apresentava os requisitos mínimos necessários para harmonizar a revisão de contas anuais e consolidadas ao nível da UE, tendo como grande foco a promoção da qualidade da auditoria e a independência do auditor.

Transcreve-se de seguida o art. 40º da Diretiva 2006/43/CE, relativo à exigência da divulgação pelos ROC e SROC das EIP de um relatório anual de transparência:

“Artigo 40.º

Relatório de transparência

1. Os Estados-Membros devem assegurar que os revisores oficiais de contas e as sociedades de revisores oficiais de contas que realizam a revisão legal das contas de entidades de interesse público publiquem no seu sítio internet, no prazo de três meses a contar do fim de cada exercício financeiro, relatórios anuais de transparência, que devem incluir, pelo menos:

- a) Uma descrição da estrutura jurídica e da propriedade;*
- b) Sempre que a sociedade de revisores oficiais de contas pertencer a uma rede, uma descrição da rede e das disposições jurídicas e estruturais da rede;*
- c) Uma descrição da estrutura de governação da sociedade de revisores oficiais de contas;*
- d) Uma descrição do sistema interno do controlo de qualidade da sociedade de revisores oficiais de contas e uma declaração passada pelo órgão de administração ou de direção relativamente à eficácia do seu funcionamento;*
- e) Uma indicação de quando foi realizada a última verificação de controlo de qualidade a que se refere o artigo 29.º;*
- f) Uma listagem das entidades de interesse público relativamente às quais a sociedade de revisores oficiais de contas realizou uma revisão legal das contas no exercício financeiro precedente;*
- g) Uma declaração sobre as práticas de independência da sociedade de revisores oficiais de contas, que confirme igualmente a realização de uma análise interna da conformidade destas práticas de independência;*
- h) Uma declaração sobre a política seguida pela sociedade de revisores oficiais de contas no que diz respeito à formação contínua dos revisores oficiais de contas prevista no artigo 13.º;*
- i) Informações financeiras que demonstrem a relevância da sociedade de revisores oficiais de contas, tais como o volume de negócios total repartido pelos honorários auferidos pela revisão legal das contas anuais e consolidadas e pelos honorários faturados relativamente e outros serviços de garantia de fiabilidade, serviços de consultoria fiscal e outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria;*
- j) Informações quanto à base remuneratória dos sócios. Em casos excecionais, os Estados-Membros podem dispensar do cumprimento do requisito da alínea f), na medida necessária para atenuar uma ameaça iminente e significativa à segurança pessoal de qualquer pessoa.*

2. O relatório de transparência deve ser assinado pelo revisor oficial de contas ou pela sociedade de revisores oficiais de contas, consoante o caso. Esta assinatura pode ser feita, por exemplo, mediante uma assinatura eletrónica tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Diretiva 1999/93/CE."

A Diretiva 2014/56/UE, não alterou o texto do art. 40º da Diretiva 2006/43/CE referente ao relatório de transparência. Contudo, a publicação do Regulamento (UE) n.º 537/2014, relativo aos requisitos específicos para a revisão legal de contas das EIP, veio aumentar as exigências de informação a ser apresentada no relatório de transparência. Assim, o art. 13º do Regulamento (UE) n.º 537/2014, estabelece que:

“Artigo 13.º

Relatório de transparência

1. Os revisores oficiais de contas ou as sociedades de revisores oficiais de contas que realizam a revisão legal de contas de entidades de interesse público publicam um relatório anual de transparência o mais tardar quatro meses após o termo de cada exercício financeiro. Esse relatório de transparência é publicado no sítio do revisor oficial de contas ou da sociedade de revisores oficiais de contas da Internet e permanece disponível nesse sítio durante, pelo menos, cinco anos a contar do dia da sua publicação nesse sítio. Se o revisor oficial de contas for empregado de uma sociedade de revisores oficiais de contas, é a essa sociedade que incumbem as obrigações estabelecidas no presente artigo.

O revisor oficial de contas ou a sociedade de revisores oficiais de contas é autorizado a atualizar o seu relatório anual de transparência depois de publicado. Nesse caso, o revisor oficial de contas ou a sociedade de revisores oficiais de contas indica que se trata de uma versão atualizada do relatório, mantendo-se a versão original disponível no sítio da Internet.

Os revisores oficiais de contas e as sociedades de revisores oficiais de contas comunicam às autoridades competentes que o relatório de transparência foi publicado no seu sítio Internet ou, se for caso disso, que foi atualizado.

2. O relatório anual de transparência inclui, no mínimo, os seguintes elementos:

- a) Uma descrição da estrutura jurídica e de propriedade da sociedade de revisores oficiais de contas;*
- b) Se o revisor oficial de contas ou a sociedade de revisores oficiais de contas for membro de uma rede:*
 - i) uma descrição da rede e das suas disposições jurídicas e estruturais,*
 - ii) o nome de cada revisor oficial de contas que exerce a título individual ou de cada sociedade de revisores oficiais de contas membro da rede,*

- iii) os países onde cada revisor oficial de contas que exercem a título individual ou cada sociedade de revisores oficiais de contas membro da rede estão habilitados a exercer a qualidade de revisor oficial de contas ou onde têm a sua sede estatutária, administração central ou estabelecimento principal,*
- iv) o volume de negócios total realizado pelos revisores oficiais de contas que exercem a título individual e das sociedades de revisores oficiais de contas membros da rede, resultante da revisão legal das demonstrações financeiras anuais e consolidadas;*
- c) Uma descrição da estrutura de governação da sociedade de revisores oficiais de contas;*
- d) Uma descrição do sistema de controlo de qualidade interno do revisor oficial de contas ou da sociedade de revisores oficiais de contas e uma declaração passada pelo órgão de administração ou de direção relativamente à eficácia do seu funcionamento;*
- e) Uma indicação da data em que foi realizada a última verificação de controlo de qualidade a que se refere o artigo 26.º;*
- f) Uma lista das entidades de interesse público relativamente às quais o revisor oficial de contas ou a sociedade de revisores oficiais de contas realizou revisões legais de contas durante o exercício financeiro precedente;*
- g) Uma declaração sobre as práticas de independência do revisor oficial de contas ou da sociedade de revisores oficiais de contas que confirme igualmente a realização de uma análise interna da conformidade dessas práticas de independência;*
- h) Uma declaração sobre a política seguida pelo revisor oficial de contas ou pela sociedade de revisores oficiais de contas no que diz respeito à formação contínua dos revisores oficiais de contas prevista no artigo 13.º da Diretiva 2006/43/CE;*
- i) Informações sobre a base remuneratória dos sócios nas sociedades de revisores oficiais de contas;*
- j) Uma descrição da política seguida pelo revisor oficial de contas ou pela sociedade de revisores oficiais de contas no que diz respeito à rotação dos sócios principais e do pessoal, em conformidade com o artigo 17.º, n.º 7;*
- k) Caso não sejam divulgadas na sua demonstração financeira, na aceção do artigo 4.º, n.º 2, da Diretiva 2013/34/UE, informações sobre o volume de negócios total do revisor oficial de contas ou da sociedade de revisores oficiais de contas repartido pelas seguintes categorias:*

i) receitas provenientes da revisão legal de demonstrações financeiras anuais e consolidadas de entidades de interesse público e de entidades pertencentes a um grupo de entidades cuja empresa-mãe seja uma entidade de interesse público,

ii) receitas provenientes da revisão legal de demonstrações financeiras anuais e consolidadas de outras entidades,

iii) receitas provenientes de serviços autorizados distintos da auditoria prestados a entidades auditadas pelo revisor oficial de contas ou pela sociedade de revisores oficiais de contas,

iv) receitas provenientes de serviços distintos da auditoria prestados a outras entidades.

O revisor oficial de contas ou a sociedade de revisores oficiais de contas pode, em casos excepcionais, decidir não divulgar as informações exigidas na alínea f) do primeiro parágrafo, na medida do necessário para mitigar uma ameaça iminente e significativa à segurança pessoal de qualquer pessoa. O revisor oficial de contas ou a sociedade de revisores oficiais de contas deve poder demonstrar à autoridade competente a existência de tal ameaça.

3.O relatório de transparência é assinado pelo revisor oficial de contas ou pela sociedade de revisores oficiais de contas.”

Relativamente à aplicabilidade da obrigação de emissão anual do relatório de transparência pelos ROC/SROC que realizam auditoria às contas das EIP em Portugal, ela tornou-se efetiva através da transposição para o direito interno português da Diretiva 2006/43/CE, pelo Decreto-Lei 224/2008, de 20 de novembro (art. 62º-A), com efeitos a partir do ano de 2008. Em 2014, a Diretiva 2014/56/UE alterou a Diretiva 2006/43/CE sendo a transposição para o direito interno português feita pela Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro, que revogou, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2016, o Decreto-Lei 224/2008, de 20 de novembro. Contudo, nada se alterou no EOROC relativamente aos requisitos referentes ao Relatório de Transparência (agora estabelecido no art. 62º da Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro, cujo texto é igual ao do art. 62º-A do EOROC na sua versão anterior).

Porém, a publicação do Regulamento (UE) n.º 537/2014, relativo aos requisitos específicos para a revisão legal de contas das EIP, veio aumentar as exigências de informação a ser apresentada no relatório de transparência aos Estados-Membros da UE, sendo a sua transposição feita para o direito interno português pela Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro, que refere no art. 23º:

“Artigo 23.º

Relatório de transparência

Os ROC e as SROC que realizam a auditoria às contas de entidades de interesse público, tal como definidas no artigo 3.º, elaboram e divulgam um relatório anual de transparência, nos termos e condições definidos no artigo 13.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014.”

Assim, desde 01.01.2016, em Portugal, os ROC e SROC que realizem auditoria às contas das EIP, em matéria de relatório de transparência, estão sujeitos aos requisitos do art. 62.º do EOROC (Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro) e também aos requisitos do art. 13º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 (obrigação expressa pelo art. 23º da Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro), devendo elaborar e divulgar, através do seu sítio da *Internet*, no prazo máximo de quatro meses a contar do fim de cada exercício financeiro, um relatório de transparência, que deverá conter os elementos mínimos expressos pelo art. 13º do Regulamento (UE) n.º 537/2014. Analisando a Tabela 1, verifica-se que o art. 13º do Regulamento (UE) n.º 537/2014, face ao art. 62º do EOROC, vem exigir divulgação adicional sobre a rede de que o ROC ou SROC seja membro, sobre a política seguida pelo ROC ou SROC no que diz respeito à rotação dos sócios principais e do pessoal, e ainda na informação referente ao volume de negócios do ROC ou SROC.

Tal como refere o n. 1 do art. 13º do Regulamento (UE) n.º 537/2014, o relatório de transparência deve ser publicado no sítio da *Internet* do ROC/SROC e permanecer disponível no sítio da *Internet* durante, pelo menos, cinco anos a contar da data da sua publicação (se o ROC for empregado de uma SROC, é à SROC que incumbem estas obrigações). O ROC ou SROC pode atualizar o seu relatório anual de transparência depois de publicado, devendo, nesse caso, indicar que se trata de uma versão atualizada do relatório, e manter a versão original disponível no sítio da *Internet*. Os ROC e SROC comunicam às autoridades competentes que o relatório de transparência foi publicado no seu sítio *Internet* ou, se for caso disso, que foi atualizado.

Nos EUA, o PCAOB, exige que as empresas de auditoria das EIP produzam relatórios anuais públicos (*PCAOB rules require registered firms to file annual reports on Form 2*) e os submetam eletronicamente ao PCAOB até 30 de junho, incorporando informação semelhante à

exigida nos relatórios de transparência da UE.¹⁰ Apesar das variações de requisitos nos relatórios de transparência, com relação ao conteúdo e ao nível de divulgação em diferentes jurisdições, a emissão dos mesmos tornou-se uma tendência global (Fu, Carson e Simnett, 2015).

¹⁰<https://pcaobus.org/Registration/Pages/reporting.aspx>

Tabela 1: Informação a divulgar no relatório de transparência

Art. 62.º do EOROC	Art. 13º do REG. 537 da UE
<i>a) Uma descrição da estrutura jurídica e da propriedade.</i>	<i>a) Uma descrição da estrutura jurídica e de propriedade da SROC.</i>
<i>b) Sempre que a SROC pertencer a uma rede, uma descrição da rede e das disposições jurídicas e estruturais da rede.</i>	<i>b) Se o ROC ou a SROC for membro de uma rede: i) uma descrição da rede e das suas disposições jurídicas e estruturais, ii) o nome de cada ROC que exerce a título individual ou de cada SROC membro da rede, iii) os países onde cada ROC que exercem a título individual ou cada SROC membro da rede estão habilitados a exercer na qualidade de ROC ou onde têm a sua sede estatutária, administração central ou estabelecimento principal, iv) o volume de negócios total realizado pelos ROC que exercem a título individual e das SROC membros da rede, resultante da revisão legal das demonstrações financeiras anuais e consolidadas.</i>
<i>c) Uma descrição da estrutura de governação da SROC.</i>	<i>c) Uma descrição da estrutura de governação da SROC.</i>
<i>d) Uma descrição do sistema interno do controlo de qualidade da SROC e uma declaração passada pelo órgão de administração ou de direção relativamente à eficácia do seu funcionamento.</i>	<i>d) Uma descrição do sistema de controlo de qualidade interno do ROC ou SROC e uma declaração passada pelo órgão de administração ou de direção relativamente à eficácia do seu funcionamento.</i>
<i>e) Uma indicação de quando foi realizada a última verificação de controlo de qualidade a que se refere o artigo 29.º.</i>	<i>e) Uma indicação da data em que foi realizada a última verificação de controlo de qualidade a que se refere o artigo 26.º.</i>
<i>f) Uma listagem das entidades de interesse público relativamente às quais a SROC realizou uma revisão legal das contas no exercício financeiro precedente.</i>	<i>f) Uma lista das entidades de interesse público relativamente às quais o ROC ou SROC realizou revisões legais de contas durante o exercício financeiro precedente.</i>
<i>g) Uma declaração sobre as práticas de independência da SROC, que confirme igualmente a realização de uma análise interna da conformidade destas práticas de independência.</i>	<i>g) Uma declaração sobre as práticas de independência do ROC ou SROC que confirme igualmente a realização de uma análise interna da conformidade dessas práticas de independência.</i>
<i>h) Uma declaração sobre a política seguida pela SROC no que diz respeito à formação contínua dos revisores oficiais de contas prevista no artigo 13.º.</i>	<i>h) Uma declaração sobre a política seguida pelo ROC ou SROC no que diz respeito à formação contínua dos revisores oficiais de contas prevista no artigo 13.º da Diretiva 2006/43/CE.</i>
<i>i) Informações quanto à base remuneratória dos sócios. Em casos excecionais, os Estados-Membros podem dispensar do cumprimento do requisito da alínea f), na medida necessária para atenuar uma ameaça iminente e significativa à segurança pessoal de qualquer pessoa.</i>	<i>i) Informações sobre a base remuneratória dos sócios nas sociedades de revisores oficiais de contas.</i>
	<i>j) Uma descrição da política seguida pelo ROC ou SROC no que diz respeito à rotação dos sócios principais e do pessoal, em conformidade com o artigo 17.º, n.º 7.</i>
<i>l) Informações financeiras que demonstrem a relevância da SROC, tais como o volume de negócios total repartido pelos honorários auferidos pela revisão legal das contas anuais e consolidadas e pelos honorários faturados relativamente e outros serviços de garantia de fiabilidade, serviços de consultoria fiscal e outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria</i>	<i>k) Caso não sejam divulgadas na sua demonstração financeira, informações sobre o volume de negócios total do revisor oficial de contas ou da sociedade de revisores oficiais de contas repartido pelas seguintes categorias: i) receitas provenientes da revisão legal de demonstrações financeiras anuais e consolidadas de entidades de interesse público e de entidades pertencentes a um grupo de entidades cuja empresa-mãe seja uma entidade de interesse público, ii) receitas provenientes da revisão legal de demonstrações financeiras anuais e consolidadas de outras entidades, iii) receitas provenientes de serviços autorizados distintos da auditoria prestados a entidades auditadas pelo revisor oficial de contas ou pela sociedade de revisores oficiais de contas, iv) receitas provenientes de serviços distintos da auditoria prestados a outras entidades.</i>

2.5. Principais Áreas de Divulgação no Relatório de Transparência

Segundo Wyman (2004) uma maior transparência da empresa de auditoria em termos da divulgação de políticas, processos internos, metodologias de auditoria, gestão e governação, e receitas, pode reforçar a confiança do mercado na qualidade da auditoria.

Estrutura Jurídica, Estrutura de Governação e da Rede

As preocupações sobre o desempenho dos auditores durante a crise financeira têm tido como resposta por parte dos reguladores a procura de formas de aumentar a informação disponível ao público sobre a governação interna das empresas de auditoria (Comissão Europeia, 2010; Fu *et al.*, 2015). Na Europa e no Japão, os reguladores começaram a exigir que as empresas de auditoria emitissem um relatório de transparência disponível ao público, contendo informações específicas relativas à governação interna das empresas de auditoria, sobre a sua estrutura jurídica e propriedade, sistemas de controlo interno e remuneração dos parceiros de auditoria (Fu *et al.*, 2015).

No contexto europeu, o art. 13º do Regulamento (UE) n.º 537/2014, impõe itens de divulgação obrigatória para os ROC/SROC que realizam a auditoria às contas em EIP, e em particular, uma descrição da estrutura jurídica e de propriedade da SROC, a descrição da rede e das suas disposições jurídicas e estruturais (no caso de ser membro de uma rede) e uma descrição da estrutura de governação da SROC. Afim de dar cumprimento ao art. 13º do Regulamento (UE) n.º 537/2014, em particular, na parte da descrição da rede a que o ROC/SROC pertença e das suas disposições jurídicas e estruturais é necessário estabelecer o conceito de rede. Segundo a alínea p) do art. 2º da Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro, «Rede» é a estrutura mais vasta:

- i) Que tem por objeto a cooperação, a que pertence um ROC ou uma SROC; e
- ii) Que tem por objetivo a partilha dos lucros e dos custos, ou a partilha da propriedade, controlo ou gestão comuns, políticas e procedimentos de controlo interno de qualidade comuns, uma estratégia empresarial comum, a utilização de uma marca comum ou uma parte significativa dos recursos profissionais.

Segundo a IOSCO (2009), a descrição da estrutura jurídica, da estrutura de governação e da rede onde a empresa de auditoria está inserida pode ser uma forma de refletir a qualidade dos seus serviços, de reforçar a confiança do mercado na empresa de auditoria (Wyman, 2004).

As grandes empresas de auditoria têm investido recursos consideráveis na estruturação das suas operações internacionais, como as redes globais de empresas de auditoria, com a intenção de melhorar a qualidade da auditoria (Carson, 2009). Além disso, alguns profissionais esperam que o maior escrutínio dos reguladores leve a uma maior transparência entre as redes de auditoria globais (Lenz & James, 2007) e, nesse sentido, as empresas de auditoria têm incentivos para demonstrar aos seus *stakeholders* que fazem parte de uma rede internacional de auditoria por partilharem as mesmas normas de controlo interno, as mesmas metodologias e recursos profissionais, o que as leva a uma melhor prestação de serviços (Deumes *et al.*, 2012).

A principal vantagem de uma rede global de empresas é a capacidade de reter o seu conhecimento desenvolvido internamente e manter o controlo sobre o seu uso de forma global, ou seja, a rede global de auditoria é o mecanismo eficiente através do qual o conhecimento codificado é desenvolvido, retido e transferido (Carson, 2009), levando a que as empresas inseridas numa rede global transmitam os seus saberes e adquiram novos conhecimentos nos serviços de auditoria (Francis & Yu, 2009). Para Lenz e James (2007), as redes no setor de auditoria foram desenvolvidas de forma a responder à pressão competitiva do mercado que favorece a especialização em competências específicas. Uma vez que grandes clientes exigem uma auditoria consistente em todo o mundo, as redes globais de auditoria foram desenvolvidas para dar resposta à procura desses clientes, tornando-se num meio eficiente de fornecer serviços de auditoria de alta qualidade (Carson, 2009). A pertença a uma rede internacional de empresas de auditoria, permite dar apoio a clientes que operam em diferentes países e alcançar vantagens comparativas em relação aos concorrentes que não são membros da rede, por meio de uma cooperação eficiente entre os membros da rede (Lenz & James, 2007). Apesar das vantagens das redes internacionais de auditoria, Loft, Humphrey, Turley e Unerman (2006) referem que no mercado da UE, os auditores criam redes complexas para competir e lidar com as diferenças ao nível da regulamentação própria de cada Estado-Membro.

Relativamente às práticas de divulgação no relatório de transparência, no âmbito dos auditores que pertencem a uma rede, não se sabe muito ainda, o que se conhece, segundo Girdhar (2015), é que todas as empresas membro lêem os relatórios dos seus concorrentes a nível nacional para desenvolver o seu próprio relatório de transparência e que também poderão imitar as práticas de outras empresas de outros países para lidar com a incerteza e ambiguidade sobre o tipo de divulgação que precisa de ser publicada. Além disso, o conteúdo dos relatórios

de transparência é particularmente influenciado pelo ambiente institucional nacional em que a empresa membro opera (Girdhar, 2015).

Sistema de Controlo Interno de Qualidade

A harmonização da qualidade de auditoria deve-se à harmonização dos sistemas de auditoria e à introdução de normas de auditoria (Soltani, 2009, in Pivac & Cular, 2012, p.226). Por conseguinte, e segundo o IAASB (2014), os auditores são obrigados a cumprir as normas relevantes de auditoria e os procedimentos de controlo de qualidade, bem como a ética e outros requisitos regulamentares. Os procedimentos de controlo de qualidade precisam de ser estabelecidos para fornecer quer à empresa de auditoria, quer às entidades supervisoras da profissão, quer aos clientes de auditoria, a garantia de que a empresa cumpre as normas profissionais e os requisitos legais e regulamentares aplicáveis e, que os relatórios emitidos e os parceiros de contratação (por exemplo, peritos) são apropriados às circunstâncias (IAASB, 2014). Além disso, um sistema de controlo de qualidade é essencial para o funcionamento de um mercado justo e transparente, criando assim um ambiente e uma cultura que suporta a conformidade e que deve ser económica (Pivac & Cular, 2012). Desta forma, o IAASB emitiu a ISQC 1, que define as atividades nas quais as empresas são obrigadas a desenvolver políticas e procedimentos, exigindo que as empresas de auditoria estabeleçam e mantenham um sistema de controlo de qualidade, para fornecer a garantia razoável de que a empresa e o seu pessoal cumprem os padrões profissionais e os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

De acordo com a ISQC 1 (parágrafo 16), um sistema de controlo de qualidade deve incluir políticas e procedimentos que abordem cada um dos seguintes elementos (IAASB, 2015): (a) Responsabilidades de liderança relativas à qualidade dentro da empresa; (b) Requisitos éticos relevantes; (c) Aceitação e continuação dos relacionamentos com os clientes e de trabalhos específicos; (d) Recursos humanos; (e) Execução do trabalho; (f) Monitorização. Em geral, a comunicação das políticas e procedimentos de controlo de qualidade ao pessoal da empresa inclui: uma descrição das políticas e procedimentos de controlo de qualidade; uma descrição dos objetivos que se pretendem atingir e, a mensagem de que cada indivíduo tem uma responsabilidade pessoal pela qualidade e deverá cumprir essas políticas e procedimentos (§ A2, ref: parágrafo 17, IAASB, 2015).

Tal como a competência e a independência influenciam a qualidade da auditoria, a forma como as empresas de auditoria implementam e monitorizam os seus sistemas de controlo de qualidade pode afetar o desempenho dessas empresas (IOSCO, 2009). Desta forma, a divulgação da informação sobre os sistemas de controlo interno de qualidade por parte dos auditores terá um impacto positivo na perceção dos usuários, quanto à informação financeira e da sua qualidade, contribuindo positivamente para a imagem pública da auditoria (IOSCO, 2009). Além disso, a publicação de informações sobre o processo e práticas de controlo de qualidade, para garantir a independência e a sua governação, fornece um incentivo claro para todos dentro da empresa de auditoria para viver de acordo com o espírito e a letra dos compromissos da empresa (§ 38, IAASB, 2014).

Na UE, e de acordo com o artigo 29.º da Diretiva 2014/56/UE, cada Estado-Membro deve assegurar que todos os ROC/SROC se encontram sujeitos a um sistema de controlo de qualidade, organizado de modo a que seja independente dos ROC/SROC, objeto de verificação, e esteja sujeito a supervisão pública. Por outro lado, as pessoas que realizam as verificações de controlo de qualidade devem ter uma formação profissional adequada e experiência relevante nos domínios da revisão legal das contas e da informação financeira, juntamente com uma formação específica em matéria de verificações do controlo de qualidade, e as ações de controlo de qualidade devem ser realizadas com uma periodicidade mínima de pelo menos de seis em seis anos (artigo 29.º, n.º 1 e n.º 2). No caso dos ROC/SROC que realizem revisão legal de contas em EIP as ações de controlo de qualidade são efetuadas pela entidade supervisora de cada país com base numa análise de riscos, e pelo menos de três em três anos (art. 26º do Regulamento (UE) n.º 537/2014).

No que diz respeito a ROC/SROC que realizam a revisão legal de contas a EIP, com a adoção do Regulamento (UE) n.º 537/2014 e dentro dos requisitos mínimos exigidos no relatório de transparência, esses ROC/SROC deverão divulgar uma descrição do sistema de controlo de qualidade interno e uma declaração passada pelo órgão de administração ou de direção relativamente à eficácia do seu funcionamento (artigo 13.º, n.º2, alínea d)). Além disso, o relatório de transparência deve conter uma indicação da data em que foi realizada a última verificação de controlo de qualidade a que se refere o artigo 26.º (artigo 13.º, n.º2, alínea e)).

Política Formação dos Recursos Humanos

A auditoria é uma atividade de interesse público que precisa de ser realizada por pessoas devidamente qualificadas e num ambiente apropriado. Além disso, os auditores são valorizados devido ao seu conhecimento técnico e independência, auxiliando os seus clientes na melhoria das operações e controlos internos (Chen, Chang & Lee, 2008). Nesse sentido, a profissão de auditoria esforça-se por criar equipas de auditores com a competência necessária através do desenvolvimento profissional inicial, incluindo formação em competências e valores técnicos e profissionais, ética e atitudes e experiência prática, e requisitos de desenvolvimento profissional contínuo (§ 68, IAASB, 2014). O desenvolvimento profissional contínuo é um fator importante para a qualidade da auditoria, que depende de acordos apropriados dentro de um país, e precisa de ser fornecido para que os auditores mais experientes continuem a desenvolver as suas habilidades e conhecimentos relacionados com a auditoria, e se mantenham informados sobre as mudanças nos requisitos legais da profissão, ao nível da legislação contabilística, e outra que tenham que usar no âmbito da profissão (§ 75, IAASB, 2014).

Alguns dos impulsionadores das mudanças no mercado de auditoria dizem respeito às alterações tecnológicas, alterações nos mercados como resultado da desregulamentação em áreas-chave e a privatização de indústrias importantes (Windmoller, 2000). Windmoller (2000) considera que a qualidade da auditoria é afetada pelas leis, regulamentos, e outras regulamentações aplicáveis à profissão, mas também por todas aquelas que o auditor tem de conhecer para poder auditar, daí que seja essencial o estabelecimento de um sistema adequado de formação dos recursos humanos afetos à auditoria, e não apenas do ROC. Segundo o IAASB (2014) as empresas de auditoria enfrentam um desafio constante para recrutar e sobretudo reter um número suficiente de funcionários de elevada capacidade e conhecimento por forma a garantir um serviço de auditoria de qualidade a todos os seus clientes, havendo por vezes a tendência de afetar os auditores e funcionários mais competentes aos maiores clientes e de maior prestígio para a SROC (§§ 55 e 61), daí a necessidade da implementação dentro de cada SROC de um sistema adequado de formação contínua de todos os recursos humanos da empresa.

Na UE, a formação contínua dos ROC é assegurada pelos Estados-Membros, que exigem a sua participação em programas adequados a fim de manterem um nível suficientemente elevado de conhecimentos teóricos, de qualificação profissional e de valores deontológicos (art.

13º, Diretiva 2014/56/UE). A autoridade competente assume a responsabilidade final pela supervisão da formação contínua (art. 32º, Diretiva 2014/56/UE), sendo que o incumprimento dos requisitos em matéria de formação contínua está sujeito a sanções adequadas, tal como o previsto no artigo 30.º da mesma Diretiva. No caso de ROC/SROC que realizem revisão legal de contas a EIP, devem publicar, de entre os requisitos mínimos exigidos no relatório de transparência, uma declaração sobre a política seguida pelo ROC/SROC no que diz respeito à formação contínua dos ROC (artigo 13.º, n.º2, alínea h) do Regulamento (UE) n.º 537/2014).

Desta forma, a transparência por parte das empresas de auditoria face à formação dos seus recursos humanos pode proporcionar um meio para os utilizadores avaliarem a qualidade da auditoria, pois esta depende essencialmente de quem produz esses serviços, isto é, da capacidade e conhecimento dos recursos humanos que a exercem (Wyman, 2004). Neste contexto, é relevante frisar que, em Portugal foi adotado o Regulamento n.º 17/2017 relativo à formação profissional e aprovado pela Assembleia Geral extraordinária da OROC em 30 de junho de 2016. Assim, a formação profissional contínua dos ROC engloba matérias relacionadas com auditoria, contabilidade, fiscalidade, direito e outras matérias conexas com a atividade dos ROC (art. 3.º, Regulamento 17/2017). Além disso, os ROC são obrigados a realizar e a justificar, no mínimo, um total de 60 créditos por cada triénio (em que pelo menos 15 créditos deverão corresponder a formação certificada), realizando pelo menos 10 créditos anuais (art. 4.º, Regulamento 17/2017). O artigo 11.º, Regulamento 17/2017 refere que os ROC/SROC tem como dever dispor de um plano anual de formação e manter um registo das horas de formação, que deverão ser apresentados sempre que solicitados pela OROC.

Práticas de Independência e Honorários Praticados

A independência do auditor é muitas vezes referida como a base da profissão de auditoria e da confiança do público (Quick, 2012), podendo ser definida, de uma forma simples, como a probabilidade condicional de que, dada a descoberta de um erro ou omissão material nas demonstrações financeiras, o auditor relatará essa situação no relatório de auditoria (DeAngelo, 1981a). Contudo, Bartlett (1991) defende que a provável verdade sobre a independência é que os significados atribuídos são mal especificados, sendo impossível reunir evidências objetivas sobre o conceito. Embora o conceito seja amplo e difícil de especificar, a independência é necessária para ajudar os ROC/SROC e seus colaboradores a agir no exercício da profissão com integridade, objetividade e ceticismo profissional, e para protegê-los contra

influências, pressões, conflitos de interesse, que possam comprometer os julgamentos profissionais a exercer (IAASB, 2014). Segundo a IESBA (2013), existem duas vertentes da independência: (1) a independência da mente está relacionada com o estado mental que permite a expressão de uma conclusão sem ser afetado por influências que comprometem o julgamento profissional, permitindo que um indivíduo aja com integridade e exerça objetividade e ceticismo profissional; (2) a independência na aparência diz respeito à “não aceitação” de fatos e circunstâncias que são tão significativos que um terceiro razoável e informado seria capaz de concluir que a independência foi comprometida.

Relativamente às preocupações sobre a independência do auditor, Shockley (1981, in Garcia-Blandon & Argilés-Bosch, 2016, p. 1) defendia que estas dizem respeito à complacência, falta de inovação, procedimentos de auditoria menos rigorosos e uma confiança desenvolvida no cliente, que podem surgir após uma longa associação com o cliente. Ainda assim, e depois de décadas de debate e pesquisa, a profissão de auditoria, reguladores e investigadores continuam a lutar com duas preocupações antigas sobre as ameaças percebidas à independência do auditor e à qualidade da auditoria: (1) vínculo de familiaridade – o ROC ganha uma relação de amizade com o cliente e muitas vezes confia demasiado na gestão da entidade (2) vínculo económico – o ROC tornando-se financeiramente dependente dos honorários de auditorias e dos serviços de não auditoria fornecidos ao cliente (Bell, Causholli & Knechel, 2015).

Segundo o IAASB (2014), as ameaças à independência do auditor, relativamente à entidade auditada, incluem:

- Ameaça de interesse próprio (interesses financeiros);
- Ameaça de intimidação ou interesse próprio (relações comerciais);
- Ameaça de defesa de direitos e interesse próprio (prestação de serviços não relacionados à auditoria, consistentes com as suas habilidades e especialidades);
- Ameaça de familiaridade ou interesse próprio (remuneração e carreiras contínuas) e
- Ameaça de familiaridade, interesse próprio e intimidação (ex-membro ou sócio passa a exercer influência significativa sobre a entidade auditada).

Nas grandes empresas, especialmente nas EIP, existem frequentemente na sua estrutura de fiscalização comités de auditoria para supervisionar o relacionamento entre a

entidade e o auditor, podendo incluir a nomeação do auditor (ratificada depois em assembleia geral de acionistas), a avaliação da independência do auditor (incluindo a prestação de serviços de não auditoria) e a aprovação de honorários de auditoria (IAASB, 2014).

Na UE, o artigo 22º nº 1 da Diretiva 2014/56/UE refere que os Estados-Membros asseguram que, aquando da realização de uma revisão legal de contas, os ROC/SROC, bem como quaisquer pessoas singulares em posição de influenciar direta ou indiretamente o resultado da revisão legal de contas sejam independentes relativamente à entidade auditada e não se encontrem envolvidos na tomada de decisões dessa entidade. O mesmo articulado prevê que a independência é exigida pelo menos durante o período abrangido pelas demonstrações financeiras a auditar e o período durante o qual é realizada a revisão legal de contas. Por outro lado, os Estados-Membros asseguram que os ROC/SROC tomam todas as medidas razoáveis para garantir que, quando realizam uma revisão legal de contas, a sua independência não é afetada por conflitos de interesses existentes ou potenciais nem por relações comerciais ou outras relações diretas ou indiretas que envolvam o ROC ou a SROC que realizam essa revisão legal de contas e, se aplicável, a sua rede, os seus gestores, auditores, empregados, qualquer outra pessoa singular cujos serviços estejam à disposição ou sob o controlo do ROC/SROC ou qualquer pessoa ligada direta ou indiretamente aos ROC/SROC por uma relação de controlo. O n. 1 do artigo 22º prossegue referindo que os ROC/SROC não realizam uma revisão legal de contas se houver qualquer ameaça de autoavaliação, interesse próprio, representação, familiaridade ou intimidação criada por relações financeiras, pessoais, comerciais, de trabalho ou outras entre o ROC/SROC (a sua rede e qualquer pessoa singular em posição de influenciar o resultado da revisão legal de contas) e a entidade auditada, em resultado da qual, uma parte terceira objetiva, razoável e informada possa, tendo em conta as medidas de salvaguarda aplicadas, concluir que a independência do ROC/SROC está comprometida.

Além disso, os Estados-Membros asseguram que, antes de aceitar ou continuar um trabalho de auditoria, o ROC/SROC avalia e documenta se existem ameaças à sua independência e as salvaguardas aplicadas para limitar essas ameaças (artigo 22.º-B da Diretiva 2014/56/UE).

Em matéria de honorários de auditoria, os Estados-Membros devem assegurar que não sejam influenciados ou determinados pela prestação de serviços adicionais à entidade examinada e não se possam basear em qualquer forma de contingência (artigo 25.º da Diretiva

2014/56/UE). Além disso, o nível significativo de honorários recebidos de uma entidade objeto de revisão ou auditoria e/ou a estrutura de honorários podem igualmente ameaçar a independência do ROC/SROC devendo ser adotado um procedimento específico que envolva o comitê de auditoria para assegurar a qualidade da auditoria (parágrafo 7, Regulamento (UE) n.º 537/2014).

Para os ROC/SROC que exerçam funções de auditoria em EIP e a fim de reforçar a sua independência, o artigo 17º do Regulamento (UE) n.º 537/2014, prescreve regras para a rotação obrigatória dos sócios ROC responsáveis pelo trabalho e da própria empresa de auditoria. Do mesmo modo, o artigo 2º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 estabelece limites aos honorários de auditoria e de outros serviços para os ROC/SROC que exerçam funções de auditoria em EIP.

Na tentativa de aumentar a confiança nos ROC/SROC que procedem à revisão legal de contas de EIP foi aumentada a informação apresentada no relatório de transparência por parte dos mesmos, sendo que são obrigados a divulgar informações financeiras que revelem, nomeadamente, o seu volume de negócios total, dividido por honorários de auditoria pagos por EIP, honorários de auditoria pagos por outras entidades e honorários faturados por outros serviços (artigo 13.º, n.º 2, alínea k) do Regulamento (UE) n.º 537/2014).

Além disso, e de forma a evitar conflitos de interesses, os Estados-Membros devem assegurar que os ROC/SROC confirmem anualmente por escrito ao comitê de auditoria a sua independência relativamente à EIP examinada, divulgando todos os serviços adicionais eventualmente prestados à entidade examinada, para que possam ser discutidas com o comitê de auditoria as ameaças à sua independência e as medidas de salvaguarda aplicadas (§ 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014). Assim, dentro das salvaguardas exigidas no relatório de transparência a mais importante é a prática de independência da empresa de auditoria (Pott, Mock & Watrin, 2008), uma vez que os ROC/SROC deverão divulgar uma declaração sobre as práticas de independência do ROC/SROC que confirme igualmente a realização de uma análise interna da conformidade dessas práticas de independência (art. 13º, n.º 2 do Regulamento (UE) n.º 537/2014).

2.6. Revisão de Estudos Sobre os Relatórios de Transparência

Tal como refere a IOSCO (2009), a exigência da emissão do relatório de transparência para as empresas de auditoria que auditam as demonstrações financeiras das EIP tem como finalidade maior transparência, revelando a qualidade e a diferenciação entre as empresas de auditoria. O aspeto fundamental em termos de maior transparência é o impacto da informação na perceção dos usuários (Cular, 2014). Além disso, uma maior transparência das empresas de auditoria e dos auditores é um ingrediente fundamental para garantir a confiança no processo de auditoria (Wyman, 2004).

A elaboração e divulgação do relatório de transparência tem carácter obrigatório há relativamente pouco tempo (na UE a exigência tornou-se efetiva em 2006, sendo dado a cada Estado-Membro um prazo para adoção da medida que terminava em 2008) e por isso a literatura prévia disponível sobre os relatórios de transparência ainda é bastante limitada (Deumes *et al.*, 2012; Girdhar, 2015). Contudo, a IOSCO (2015) reconhece que houve um aumento do volume de relatório de transparência nos últimos anos, incluindo o relatório voluntário de informações. Assim, para além de contribuírem para a reputação da empresa de auditoria, a IOSCO acredita que esses relatórios podem influenciar a tomada de decisões, fornecendo informações sobre a qualidade de auditoria da empresa (IOSCO, 2015).

A investigação publicada é na sua maior parte baseada na análise do conteúdo e alcance da informação contida nos relatórios de transparência e centrada na Alemanha, Áustria, Holanda, Reino Unido, Espanha (Deumes *et al.*, 2012; Cular, 2017; Girdhar, 2015; Zorio-Grima *et al.*, 2017) e Croácia (Cular, 2014; Pivac & Cular, 2012).

Deumes *et al.* (2012) examinaram as divulgações contidas em 103 relatórios de transparência de empresas de auditoria na Áustria, Alemanha, Holanda e Reino Unido, concluindo que há variação na extensão e no tipo de divulgações, o que sugere que os relatórios de transparência não são meramente um cumprimento dos requisitos mínimos de divulgação legal nem está relacionada com a qualidade real da auditoria. Girdhar (2015) analisa o conteúdo dos relatórios de transparência de 2012 das *Big Four* no Reino Unido, Alemanha e Dinamarca, concluindo que este é particularmente influenciado pelo país onde opera, uma vez que existem diferentes níveis de exigência a nível de desagregação da informação no relatório de transparência. Além disso, para Girdhar (2015) as empresas de um país podem imitar as práticas de outras empresas de outros países para lidar com a incerteza e ambiguidade sobre o

tipo de divulgação que precisa de ser publicado. Cular (2017), com base no estudo dos determinantes da publicação do relatório de transparência de Ehlinger (2010), concluiu que existe uma correlação positiva entre o tamanho da empresa e extensão da informação divulgada no relatório de transparência; que existe uma diferença entre as *Big Four* e outras empresas de auditoria nessa divulgação, bem como entre empresas que são membros de uma rede de auditoria e aquelas que não são membros. Zorio-Grima *et al.* (2017) estudaram o conteúdo obrigatório divulgado em 134 relatórios de transparência de empresas de auditoria espanholas, do ano de 2010 e 2013, concluindo que existe um alto cumprimento de informação obrigatória e um certo interesse por mostrar certos itens. Curiosamente, os avanços reguladores em termos de novas exigências no relatório de transparência de 2013 já se cumpriam de forma voluntária em 2010 por parte de algumas empresas (Zorio-Grima *et al.*, 2017). Esses autores concluíram ainda que o grau de transparência no relatório de transparência em geral é elevado e depende positivamente da dimensão da empresa de auditoria e da importância relativa dos honorários dos serviços de auditoria no total dos honorários da empresa. No contexto da Croácia, os dois trabalhos publicados concluem que as empresas de auditoria não são completamente transparentes, embora a divulgação tenha melhorado de 2011 para 2012 (Pivac & Cular, 2012; Cular, 2014).

Deumes *et al.* (2012) acreditam que a obrigatoriedade da emissão de relatório de transparência pode criar novos incentivos para as empresas de auditoria, uma vez que as melhores empresas de auditoria poderão querer realçar o seu estatuto de alta qualidade perante o mercado, colaborando para uma maior transparência. Isso é consistente com a abordagem do IAASB (2014) que afirma que “Os relatórios de transparência também oferecem uma oportunidade para as empresas de auditoria se distinguirem, destacando aspetos particulares das suas políticas e abordagens de auditorias e, portanto, competir em aspetos de qualidade de auditoria” (§ 38).

No âmbito dos EUA não existem estudos específicos sobre o relatório de transparência uma vez que a elaboração desse documento não é obrigatória, contudo, existe interesse pela iniciativa europeia e no efeito que a transparência tem sobre a independência do auditor (Zorio-Grima *et al.*, 2017). Assim, Pott *et al.* (2008) exploraram as percepções dos auditores e contabilistas americanos acerca do efeito de um relatório de transparência sobre a independência do auditor, concluindo que não há diferenças entre as opiniões de contabilistas e

auditores, nomeadamente quanto à importância de publicar um relatório de transparência (exceto na parte referente a informações sobre honorários que foi avaliada de uma forma mais negativa por parte dos auditores), quanto à questão de obrigatório ou voluntário, ou se o relatório de transparência é auditado ou não. Bedard, Johnstone e Smith (2010) argumentam que seria controverso introduzir a elaboração obrigatória do relatório de transparência nos EUA. Na Austrália, a obrigatoriedade de elaborar e divulgar um relatório de transparência foi introduzida em 2013, mas apenas para empresas de auditoria que auditam dez ou mais empresas de interesse público (Fu *et al.*, 2015). Fu *et al.* (2015) analisaram o conteúdo dos relatórios de transparência das 21 empresas de auditoria australianas que estavam obrigadas à sua elaboração, mas apresentam diferentes graus de detalhe e formas de atuação em áreas que podem influenciar a qualidade da auditoria, tais como os sistemas internos de controlo de qualidade, as práticas de independência, a formação dos recursos humanos e as estruturas de remuneração dos *partners* da SROC.

3. Estudo Empírico

Este estudo tem como base a perspetiva positivista de investigação em contabilidade, caracterizando-se como um estudo quantitativo. A nível ontológico pressupõe compreender, explicar e prever um determinado fenómeno, por meio do estabelecimento de hipóteses e do seu teste através de métodos quantitativos (Vieira, 2009).

A abordagem positivista tem como vantagem a informação ser obtida sem custos e sem incertezas e prevê tendências gerais. Esta está na base do método científico, ou seja, recorre à teoria para desenvolver as hipóteses e posteriormente testá-las para generalizar os resultados (Vieira, 2009).

Esta dissertação tem por objetivos fundamentais avaliar o grau de divulgação de informação feito pelas SROC no relatório anual de transparência em Portugal, e explorar os fatores corporativos que explicam essa divulgação.

Para alcançar os objetivos fundamentais, formulam-se as seguintes questões de investigação:

- 1- Qual o grau de divulgação de informação no relatório anual de transparência feito pelas SROC em Portugal?

- 2- Quais os fatores corporativos relacionados com o grau de divulgação informação no relatório anual de transparência feito pelas SROC em Portugal?

3.1. Hipóteses de Investigação

São vastos os autores que argumentam e apresentam evidência empírica de que quanto maior a dimensão da empresa de auditoria, maior é a qualidade dos serviços prestados, e por inerência, melhor será a qualidade da auditoria (DeAngelo, 1981b; Francis, 1984; Francis, Michas & Seavey, 1999; Francis, Michas & Seavey, 2013). DeAngelo (1981b) concluiu que as grandes empresas de auditoria têm a capacidade de se especializar e inovar por técnica e tecnologia. Francis *et al.* (1999) também concluem que as empresas internacionais de auditoria (no estudo as *Big Six*) têm reputação elevada e são amplamente vistas como empresas de auditoria que produzem auditorias de maior qualidade, quando comparadas com as empresas de menor dimensão. De forma consistente, Sori, Mohamad e Karbhari (2006) (in Hussein & Mohdhanefah, 2013, p.85) obtiveram evidência de que as grandes empresas de auditoria têm mais funcionários talentosos e tecnologia superior, melhores recursos materiais e maiores recursos financeiros para realizar o processo de auditoria, comparativamente às empresas de auditoria menores. Segundo Francis e Yu (2009), a dimensão das sucursais (*offices*) das *Big Four* tem influência significativa sobre a qualidade da auditoria, pois escritórios (*offices*) maiores têm maior experiência interna e, portanto, maior capacidade de fornecer auditorias de maior qualidade. Pelas razões apresentadas, as grandes empresas de auditoria têm um maior incentivo para fornecer auditorias de maior qualidade, a fim de evitar uma perda de reputação, conseguindo para si maiores quotas de mercado (Francis, 1984; Hussein & Mohdhanefah, 2013). Contudo, segundo alguns autores e estudos prévios, há evidências que mostram que as maiores empresas de auditoria nem sempre oferecem auditorias de maior qualidade (Moizer, Benau, Humphrey & Martínez, 2004; Hussein & Mohdhanefah, 2013).

Segundo o IAASB (2014) os relatórios de transparência podem ser usados pelas empresas de auditoria para competir no mercado e atrair novos clientes, o que será aproveitado em maior escala pelas grandes empresas de auditoria. De facto, Bedard *et al.* (2010) concluem que as grandes empresas de auditoria publicam relatórios de transparência mesmo que essa publicação não seja obrigatória à luz da jurisdição do país onde operam. Cular (2017) obtém evidência de que existe uma correlação positiva entre a dimensão da empresa de auditoria e a

extensão da divulgação de informação no relatório de transparência, que as *Big Four* e as empresas de auditoria que são membros de uma rede divulgam mais informação nesse relatório do que as restantes empresas. Zorio-Grima *et al.* (2017) também concluíram que o grau de divulgação de informação no relatório de transparência depende positivamente da dimensão da empresa de auditoria e da importância relativa dos honorários dos serviços de auditoria no total dos honorários da empresa. Assim, consideramos que a dimensão da empresa de auditoria tem uma influência positiva sobre a publicação dos relatórios de transparência, e derivamos a primeira hipótese de investigação:

H1: O grau de divulgação de informação no Relatório de Transparência tem uma relação positiva com a dimensão da SROC.

A preservação da independência tem sido desde sempre a pedra angular da auditoria (Flint, 1988, in Zorio-Grima *et al.*, 2017, p. 287). Depois de décadas de debate e pesquisa, a profissão de auditoria, reguladores e investigadores continuam a deparar-se com duas preocupações antigas sobre as ameaças percebidas à independência do auditor e à qualidade da auditoria: (1) vínculo de familiaridade (vínculo social) entre o auditor e auditado – o auditor e sua equipa ao longo do tempo adquire uma relação pessoal amigável e de maior confiança na gestão da entidade sem, por vezes, analisar adequadamente as ameaças à independência, e (2) vínculo económico do auditor relativamente ao auditado – o auditor vai-se tornando financeiramente dependente dos honorários de auditoria e de outros serviços de não auditoria fornecidos ao cliente (Bell *et al.*, 2015).

Apesar da SOX nos EUA e da UE fazerem exigências já há longos anos no que respeita à rotatividade obrigatória do ROC responsável pelo trabalho de auditoria na empresa cliente e sobre a prestação simultânea de serviços de não auditoria a clientes de auditoria, García-Blandon e Argilés-Bosch (2016) concluíram que a independência do auditor não parece sair comprometida no caso de uma longa permanência do mesmo ROC no cliente, embora existam outros estudos que atestam o contrário, como por exemplo, Cameran *et al.* (2015). Já no que toca ao vínculo económico, segundo Francis (2004), as SROC não devem fornecer serviços de não auditoria a clientes de auditoria, mesmo que não haja evidência direta de que os serviços de não auditoria prejudicam a qualidade real da auditoria. Francis (2004) argumenta que haverá sempre pelo menos uma suspeita de que os auditores não são completamente objetivos e independentes se fornecerem, em simultâneo, serviços de auditoria e outros serviços ao mesmo

cliente, especialmente se nessa entidade o peso dos honorários de não auditoria relativamente aos honorários de auditoria pagos ao auditor for elevado. Nessa circunstância, o vínculo económico entre o auditor e o cliente é fortalecido, aumentando o risco de a independência do auditor sair prejudicada (Quick, 2012). Apesar destes argumentos, e do facto das entidades reguladoras da profissão e do meio académico concentrarem muita atenção no efeito na qualidade da auditoria e na independência dos auditores da prestação simultânea de serviços de auditoria e não auditoria ao mesmo cliente, Hussein e Mohdhanefah (2013) referem que alguns estudos não encontraram evidência objetiva para essas preocupações. Quick e Warming-Rasmussen (2009) revelam que o grau em que a independência dos auditores é prejudicada depende do tipo de serviço de não auditoria que seja prestado, ou seja, a proibição geral de serviços de não auditoria não seria necessária (in Quick, 2012, p. 27). Para Ratzinger-Sakel e Schonberger (2015) também ainda não está claro se a proibição dos serviços de não auditoria fornecidos pelo auditor ao cliente de auditoria, é necessária ou apropriada.

Apesar da evidência contraditória dos autores e estudos prévios, dada a gravidade dos escândalos financeiros ocorridos a nível internacional, a precaução das autoridades reguladoras da profissão, quer nos EUA, quer na UE, levou-os a adotarem o mecanismo da proibição da prática de alguns serviços de não auditoria em clientes onde o auditor exerça a auditoria, sobretudo para o caso das EIP e a impor limites em termos de honorários para os serviços de não auditoria nessas entidades (Zorio-Grima *et al.* (2017). Na UE, a emissão de uma lista de serviços adicionais proibidos e a imposição de um limite para os serviços adicionais sobre o total de honorários, para os auditores que realizem auditoria às contas de EIP (UE, 2014), defende a perspectiva de que a prestação simultânea pelo auditor de serviços de auditoria e outros serviços no mesmo cliente pode causar danos à independência do auditor. Com base nestes factos, consideramos que quanto maior o peso dos honorários de auditoria no volume total de honorários no cliente, maior será a independência do auditor e, por consequência, maior será o grau de divulgação de informação no relatório de transparência. Destes argumentos surge a nossa segunda hipótese de investigação:

H2: Existe uma relação positiva entre o grau de divulgação de informação no Relatório de Transparência e o peso relativo dos honorários de auditoria no volume de negócios total da SROC.

3.2. Amostra

Em Portugal não existe uma lista pública com os nomes das SROC/ROC obrigados a apresentar um relatório de transparência. Existe, contudo, uma lista de auditores registados na CMVM, divulgada no *site* dessa instituição na área Sistema de Divulgação de Informação (<https://web3.cmvm.pt/sdi/auditores/sroc.cfm>), das SROC e ROC que exercem (ou pretendem exercer) funções de auditoria em EIP. A lista de SROC inscritas na CMVM a 31/12/2018 continha 186 SROC, contudo, nem todas elas têm a obrigação de emissão de relatório de transparência, pois essa obrigação persiste apenas para as SROC que exerçam auditoria às contas (revisão legal das contas, revisão voluntária das contas e serviços relacionados com os anteriores, mas de carácter específico ou limitado) em EIP, tal como prescreve o art. 62º do EOROC.

A página *web* de cada uma das 186 SROC registadas na lista da CMVM a 31/12/2018 foi consultada, tendo-se extraído daí o relatório de transparência referente ao ano de 2017, para o caso das SROC que aí divulgavam essa informação. Após a consulta da página *web* de cada uma das 186 SROC, percebeu-se que a maioria delas não exerce auditoria às contas em EIP (embora o possa fazer por estar inscrita nessa lista) e/ou não divulga aí o seu relatório de transparência. Assim, para as SROC que na sua página *web* não apresentavam os relatórios de transparência, fez-se uma pesquisa no motor de busca do *google*, usando palavras-chave contendo o nome da SROC e a expressão “relatório de transparência”. Do processo de extração direta página *web* da SROC e da pesquisa realizada no *google*, resultou a recolha de 54 relatórios de transparência referentes ao ano de 2017, que constituem a amostra final a usar no estudo empírico desta dissertação.

A opção pela recolha dos relatórios de transparência do ano de 2017 deveu-se ao facto de em 01.01.2016 ter entrado em vigor em Portugal o art. 13º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 (através do art. 23º da Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro), que passou a exigir aos ROC/SROC que exerçam funções de auditoria em EIP a elaboração e a divulgação de um relatório de transparência mais detalhado do que o modelo que era exigido até essa data. Embora esta alteração legislativa se aplicasse de imediato aos relatórios de transparência realizados em 2016, pareceu-nos mais prudente recolher os relatórios do ano de 2017, por forma a obter relatórios de transparência mais consolidados em termos do cumprimento das novas exigências da UE.

3.3. Variáveis do Estudo e Modelo de Investigação

Índice de Divulgação de Informação no Relatório de Transparência

Por forma a explorar o grau de divulgação de informação no relatório de transparência por parte das empresas de auditoria em Portugal, e posteriormente quais os fatores corporativos que influenciam esse grau de divulgação, procedeu-se à construção de um índice de divulgação para cada SROC. A prática de medir o grau de divulgação de informação através de índices de divulgação é comumente usada na literatura (Zorio-Grima *et al.*, 2017).

Após a recolha dos 54 relatórios de transparência das SROC referentes ao ano de 2017, procedeu-se à análise de conteúdo da informação divulgada nos mesmos. Tomando como base os 11 itens de divulgação obrigatórios constantes do art. 13º do Regulamento (UE) n.º 537/2014, para cada item construiu-se uma variável dicotómica (*dummy*) que assume valor um, quando a SROC divulga informação relacionada com esse item, e zero quando nada reporta (ver Tabela 2). Depois, para obter o índice de divulgação de cada SROC, somou-se o número de itens divulgados (número de itens aos quais se atribuiu valor 1) e dividiu-se pelo número total de itens de divulgação obrigatória constantes do art. 13º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 (11 itens). Matematicamente, o índice de divulgação de informação no relatório de transparência (IDRT), formula-se assim:

$$IDRT = \frac{\Sigma n.^{\circ} \text{Itens Divulgados}}{\Sigma n.^{\circ} \text{Itens a Divulgar Obrigatoriamente}}$$

Tabela 2: Codificação dos itens de divulgação no relatório de transparência

Codificação da variável	Art. 13º do REG. 537 da UE
<i>EJ: dummy=1 se divulga; =0 se não</i>	1) Uma descrição da estrutura jurídica e de propriedade da SROC.
<i>RD: dummy=1 se divulga; =0 se não</i>	2) Se o ROC ou a SROC for membro de uma rede: i) uma descrição da rede e das suas disposições jurídicas e estruturais, ii) o nome de cada ROC que exerce a título individual ou de cada SROC membro da rede, iii) os países onde cada ROC que exerce a título individual ou de cada SROC membro da rede estão habilitados a exercer na qualidade de ROC ou onde têm a sua sede estatutária, administração central ou estabelecimento principal, iv) o volume de negócios total realizado pelos ROC que exercem a título individual e das SROC membros da rede,

	resultante da revisão legal das demonstrações financeiras anuais e consolidadas.
<i>EG: dummy=1 se divulga; =0 se não</i>	3) Uma descrição da estrutura de governação da SROC.
<i>SCIQ: dummy=1 se divulga; =0 se não</i>	4) Uma descrição do sistema de controlo de qualidade interno do ROC ou SROC e uma declaração passada pelo órgão de administração ou de direção relativamente à eficácia do seu funcionamento.
<i>CQ: dummy=1 se divulga; =0 se não</i>	5) Uma indicação da data em que foi realizada a última verificação de controlo de qualidade a que se refere o artigo 26.º.
<i>LEIP: dummy=1 se divulga; =0 se não</i>	6) Uma lista das entidades de interesse público relativamente às quais o ROC ou SROC realizou revisões legais de contas durante o exercício financeiro precedente.
<i>PI: dummy=1 se divulga; =0 se não</i>	7) Uma declaração sobre as práticas de independência do ROC ou SROC que confirme igualmente a realização de uma análise interna da conformidade dessas práticas de independência.
<i>FOR: dummy=1 se divulga; =0 se não</i>	8) Uma declaração sobre a política seguida pelo ROC ou SROC no que diz respeito à formação contínua dos revisores oficiais de contas prevista no artigo 13.º da Diretiva 2006/43/CE.
<i>BRS: dummy=1 se divulga; =0 se não</i>	9) Informações sobre a base remuneratória dos sócios nas sociedades de revisores oficiais de contas.
<i>ROT: dummy=1 se divulga; =0 se não</i>	10) Uma descrição da política seguida pelo ROC ou SROC no que diz respeito à rotação dos sócios principais e do pessoal, em conformidade com o artigo 17.º, n.º 7.
<i>IF: dummy=1 se divulga; =0 se não</i>	11) Caso não sejam divulgadas na sua demonstração financeira, informações sobre o volume de negócios total do revisor oficial de contas ou da sociedade de revisores oficiais de contas repartido pelas seguintes categorias: i) receitas provenientes da revisão legal de demonstrações financeiras anuais e consolidadas de entidades de interesse público e de entidades pertencentes a um grupo de entidades cuja empresa-mãe seja uma entidade de interesse público, ii) receitas provenientes da revisão legal de demonstrações financeiras anuais e consolidadas de outras entidades, iii) receitas provenientes de serviços autorizados distintos da auditoria prestados a entidades auditadas pelo revisor oficial de contas ou pela sociedade de revisores oficiais de contas, iv) receitas provenientes de serviços distintos da auditoria prestados a outras entidades.

Modelo de Investigação

Por forma a explorar a relação que se estabelece entre o grau de divulgação de informação no relatório de transparência e determinadas características ou fatores corporativos das SROC, e testar as hipóteses de investigação, estabeleceu-se o seguinte modelo de investigação:

$$IDRT = \beta_0 + \beta_1 B4 + \beta_2 RIinter + \beta_3 Nsócios + \beta_4 Capital + \beta_5 LnHT + \beta_6 PHA + \beta_7 Ant + \varepsilon$$

onde:

Variável Dependente:

- IDRT – Índice de divulgação de informação no relatório de transparência de 2017 de cada SROC;

Variáveis Explicativas:

- Para medir a dimensão da SROC (fator corporativo a testar em H1) são usadas cinco *proxies*, tendo por base Zorio-Grima *et al.* (2017) e Cular (2017):

B4 – *dummy*=1 se a SROC é uma das empresas de auditoria *Big Four* [*KPMG*, *Ernst & Young* (EY); *Deloitte*; *PricewaterhouseCoopers* (PWC)], =0 se não;

RInter – *dummy*=1 se a SROC pertence a rede internacional de auditoria, =0 se não;

Nsócios = número de sócios da SROC em 2017;

Capital = montante (euros) do capital social da SROC em 2017;

LnHT = logaritmo do volume de negócios total da SROC em 2017;

- PHA = peso relativo dos honorários de auditoria no volume de negócios total da SROC (fator corporativo a testar em H2), calculado como o quociente entre o valor dos honorários de auditoria o valor dos honorários totais da SROC em 2017, tendo por base Zorio-Grima *et al.* (2017);

Variável de Controlo:

- Antig = antiguidade da SROC, que corresponde ao número de anos de existência da SROC (n.º de anos decorridos desde da constituição da SROC até 2017).

3.4. Análise e Discussão dos Resultados

Nesta secção são apresentados, analisados e discutidos os resultados obtidos nas estatísticas descritivas e na análise multivariada.

3.4.1. Análise Descritiva

A Tabela 3 apresenta os resultados da estatística descritiva para as variáveis do modelo de investigação.

Relativamente aos valores do índice de divulgação de informação no relatório de transparência (IDRT) verifica-se que estes se situam entre 0.73 e 1, com um valor médio de 0.93, o que revela um grau muito satisfatório de divulgação de informação por parte das SROC durante o ano de 2017. Contudo, uma análise pormenorizada aos valores de cada variável que compõe o IDRT (ver Tabela 2 para a respetiva codificação), nomeadamente à variável ROT (que corresponde ao item referente à descrição da política seguida pelo ROC/SROC no que diz

respeito à rotação dos sócios principais e do pessoal), permite perceber que apenas 22 das 54 SROC divulgam informação sobre este item, o que significa que em 2017, 32 SROC continuavam a usar o modelo de relatório de transparência previsto no art.62º do EOROC e não o modelo mais abrangente previsto pelo art.13º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 (os valores globais das variáveis que compõem o IDTR são apresentados no Apêndice 1 desta dissertação). Para uma visão detalhada sobre os valores do índice de divulgação de informação no relatório de transparência de 2017 de cada SROC, consultar o Apêndice 2 desta dissertação. Tendo por base os valores obtidos para o IDRT na amostra, respondendo à 1ª questão de investigação desta dissertação, verifica-se que existe um grau muito satisfatório de divulgação de informação no relatório de transparência por parte das SROC em Portugal (durante o ano de 2017), embora quase 60% das SROC usem o modelo de relatório de transparência em vigor até 31/12/2015 (cujo conteúdo é de menor extensão do que o modelo atualmente em vigor), e não divulguem informação sobre a rotação dos sócios principais e do pessoal.

Em relação às características das SROC que compõem a amostra deste estudo, devemos realçar que: 4 empresas são *Big Four*, 21 SROC pertencem a uma rede internacional de auditoria; em média, cada SROC tem 6 sócios (embora os limites mínimos e máximos sejam de 2 e 36 sócios, respetivamente); em termos de capital social, em média, as SROC apresentam um valor de 148000 €, embora algumas tenham um capital de 5000 € e outras de quase 400000 €; o volume médio de honorários totais é de cerca de 600000 €; o peso relativo dos honorários de auditoria sobre os honorários totais da SROC é, em média, de 83% (ou seja, em média, 17% dos honorários totais respeitam a honorários de outros serviços); por fim, a antiguidade média das SROC da amostra é de quase 22 anos (havendo contudo, SROC com 1 ano de existência e outras com 42 anos).

Tabela 3: Estatísticas descritivas

Variável	N	Mean	Sd.	Min.	Máx.
IDRT	54	0.9309764	0.0610097	0.7272727	1
B4=1	4	-	-	-	-
RInter=1	21	-	-	-	-
Nsócios	54	6.296296	6.26349	2	36
Cap	54	147687.1	556636.6	5000	3916000
LnHT	54	13.80505	1.484369	10.03736	17.84122
PHA	54	0.8270743	0.1733529	0.2151323	1
Antig	54	21.62963	9.794678	1	42
Definição das variáveis: IDRT – índice de divulgação de informação no relatório de transparência da SROC para 2017; B4 – <i>dummy</i> =1 se a SROC é uma das empresas de auditoria <i>Big 4</i> =0 se não; RInter – <i>dummy</i> =1 se a SROC pertence a rede					

internacional de auditoria, =0 se não; Nsócios= número de sócios da SROC em 2017; Capital= montante (euros) do capital social da SROC em 2017; LnHT= logaritmo do volume de negócios total da SROC em 2017; PHA= quociente entre o valor dos honorários de auditoria o valor dos honorários totais da SROC em 2017; Antig= número de anos de existência da SROC.

A Tabela 4 apresenta os coeficientes de correlação de *Pearson* entre todas as variáveis do modelo de investigação. Em relação à correlação entre as variáveis independentes do modelo de investigação e o IDRT, verifica-se, em regra, uma correlação positiva e estatisticamente significativa (a exceção é a variável PHA, cujo coeficiente é negativo e não significativo). Com base na relação linear simples apresentada na Tabela 4, pode-se afirmar que as *Big Four*, as SROC pertencentes a rede internacional de auditoria, as que têm maior número de sócios, maior capital social e volume de negócios e as mais antigas, divulgam maior quantidade de informação (em termos de número de itens obrigatórios) no relatório de transparência. Por outro lado, tendo em conta a correlação entre as variáveis independentes do modelo de investigação, verifica-se uma correlação muito elevada (positiva e significativa) entre as variáveis B4 e Nsócios (0.8639), o que pode indiciar problemas de multicolineariedade no modelo. Contudo, o *Variance Inflation Factor* calculado para as variáveis do modelo de investigação apresenta um valor médio de 3.74 (ver Tabela 5), o que está abaixo do nível considerado problemático em termos de multicolineariedade ($VIF < 10$).¹¹

Tabela 4: Matriz de correlação de *Pearson*

	IDRT	B4	Rlnter	Nsócios	Cap	LnHT	PHA	Antig
IDRT	1.0000							
B4	0.3230**	1.0000						
Rlnter	0.2825**	0.3546***	1.0000					
Nsócios	0.3732***	0.8639***	0.4761***	1.0000				
Cap	0.2353*	0.7019***	0.2658**	0.4753***	1.0000			
LnHT	0.3914***	0.7380***	0.5786***	0.8089***	0.5430***	1.0000		
PHA	-0.0430	-0.4482***	-0.2278*	-0.4216***	-0.2595*	-0.2469*	1.0000	
Antig	0.3066**	-0.0985	0.0735	0.0298	-0.1297	0.2116	0.3519***	1.0000

*, ** e *** indicam significância estatística a 1%, 5% e 10% respetivamente.
Definição das variáveis: IDRT – índice de divulgação de informação no relatório de transparência da SROC para 2017; B4 – *dummy*=1 se a SROC é uma das empresas de auditoria *Big*, =0 se não; Rlnter – *dummy*=1 se a SROC pertence a rede internacional de auditoria, =0 se não; Nsócios= número de sócios da SROC em 2017; Capital= montante (euros) do capital social da SROC em 2017; LnHT= logaritmo do volume de negócios total da SROC em 2017; PHA= quociente entre o valor dos honorários de auditoria o valor dos honorários totais da SROC em 2017; Antig= número de anos de existência da SROC.

¹¹ De acordo com a Studenmund (1992) valor de $VIF < 10$ indica que não existem problemas de multicolineariedade.

Tabela 5: Análise da multicolinearidade através do *VarianceInflationFactor* (VIF)

Variável	VIF
B4	7.69
Nsócios	6.95
LnHT	4.47
Cap	2.54
RInter	1.62
PHA	1.50
Antig	1.41
Mean VIF	3.74

3.4.2. Análise Multivariada

De forma a explorar os fatores corporativos que influenciam o grau de divulgação de informação no relatório de transparência por parte das SROC em Portugal, nomeadamente, a dimensão (H1) e a estrutura dos honorários da SROC (isto é, o peso relativo dos honorários de auditoria no volume de negócios total da SROC – H2) o modelo de investigação foi estimado usando uma variação da regressão logística – a regressão logística ordenada (*Ordered Logistic Regression*). A *Ordered Logistic Regression* é a técnica estatística usada sempre que a variável dependente do modelo apresenta uma ordem significativa e mais de duas categorias (ou níveis) – é o caso do IDRT, cujos valores variam em 0 e 1 (variável ordinal onde o efeito da diferença entre as várias categorias é inconstante). Zorio-Grima *et al.* (2017) usaram esta técnica para estimar os determinantes do grau de divulgação de informação no relatório de transparência no estudo que realizaram em Espanha.

A Tabela 6 apresenta os resultados da estimação do modelo de investigação na sua versão original, onde as 54 observações da amostra foram usadas na análise. Os coeficientes β_0 , β_1 , β_2 , β_3 , β_4 , β_5 , β_6 e β_7 são estimados a partir do conjunto de dados, pelo método da máxima verossimilhança, encontrando uma combinação de coeficientes que maximiza a probabilidade da amostra ter sido observada. Desta forma, é importante realçar que a razão de verossimilhança (LR), ao nível de significância de 5%, é igual a 23.12 e segue uma distribuição qui-quadrado com 7 graus de liberdade (número de informações independentes sobre uma estatística) dados pelas sete variáveis independentes do modelo. Além disso, a regressão logística testa se o efeito combinado de todas as variáveis no modelo é diferente de 0 ($\text{Prob}>\chi^2=0.0016$), verificando-se que o modelo de investigação como um todo é

estatisticamente significativo. Por outro lado, a regressão logística não apresenta coeficiente de ajuste R^2 nos seus modelos, mas sim o pseudo R^2 de *McFadden*, que atingiu 22%, ou seja, podemos considerar-se que 22% da variabilidade do IDRT é explicada pelas variáveis utilizadas no modelo.

A Tabela 6 demonstra que no âmbito das *proxies* usadas para medir a dimensão da SROC (B4, RInter, Nsócios, Cap e LnHT) e testar H1, todas as variáveis apresentam um coeficiente positivo, indicando no sentido que quanto maior a dimensão da empresa de auditoria maior o grau de relato no IDRT (exceto LnHT que representa o volume de negócios total da SROC, que apresenta um coeficiente negativo). Contudo, das cinco *proxies* usadas, apenas a variável Nsócios se mostra estatisticamente significativa (grau de significância de 10%). Em particular, verifica-se que cada unidade incrementada em Nsócios está associada uma variação positiva de 35,8% no grau de divulgação de informação no relatório de transparência (IDRT).

Tendo em conta que apenas uma das variáveis usadas para medir a dimensão das empresas de auditoria mostra uma associação positiva e estatisticamente significativa com o IDRT, apenas podemos afirmar que H1 é parcialmente confirmada. Conclui-se, assim, que uma das vertentes da dimensão das empresas de auditoria, o número de sócios da SROC, é um fator explicativo do grau de divulgação no relatório de transparência das empresas de auditoria.

Em consonância com os estudos prévios (Deumes *et al.*, 2012; Cular, 2017; Zorio-Grima *et al.*, 2017), a evidência recolhida neste trabalho mostra que as empresas de auditoria de maior dimensão, em particular, com maior número de sócios, têm maior nível de transparência, ou seja, divulgam maior grau de informação no relatório de transparência. Por outro lado, contrariamente a vários estudos (Bedard *et al.*, 2010; Deumes *et al.*, 2012; Zorio-Grima *et al.*, 2017), o volume de negócios da SROC não se mostra relacionado de forma positiva e significativa com o IDRT (assume uma relação negativa e não significativa). Devemos, contudo, realçar que de forma consistente com os resultados de Zorio-Grima *et al.* (2017) e de Pivac e Cular (2012), as *BigFour* e as SROC pertencentes a rede internacional não apresentam um índice de divulgação de informação no relatório de transparência significativamente mais elevado do que as restantes empresas de auditoria. Por outro lado, os resultados obtidos neste estudo vão contra a evidência obtida por Cular (2017), que conclui que as *BigFour* e as empresas de auditoria que são membros de uma rede divulgam mais informação no relatório de transparência, quando comparadas com as restantes empresas.

A evidência recolhida neste estudo, relativamente a um dos fatores usados para medir a dimensão das SROC (número de sócios), vai de encontro ao argumento do IAASB (2014) que sustenta que os relatórios de transparência podem ser usados pelas empresas de auditoria para competir no mercado e atrair novos clientes, o que será aproveitado em maior escala pelas grandes empresas de auditoria.

Em H2, estabelecíamos que existe uma relação positiva entre o grau de divulgação de informação no relatório de transparência e o peso relativo dos honorários de auditoria no volume de negócios total da SROC. Contudo, o resultado obtido para a variável PHA, apesar de positivo, não é estatisticamente significativo. Assim, H2 é rejeitada. Embora de forma consistente com o resultado obtido por Zorio-Grima *et al.* (2017), onde as empresas de auditoria com maior percentagem de receitas de serviços de auditoria face ao volume de honorários totais são significativamente mais transparentes, ou seja, divulgam mais informação no seu relatório de transparência, o resultado obtido nesta dissertação não tem significância estatística. Desta forma, sugerindo a independência dos auditores não surge como um fator determinante do grau de divulgação de informação no relatório de transparência.

Por fim, obteve-se evidência estatisticamente significativa de que a antiguidade da empresa de auditoria é um fator determinante no IDRT, isto é, quanto mais antiga a SROC, maior o grau de divulgação de informação no relatório de transparência. Este resultado vai de encontro ao argumento de que a antiguidade das empresas de auditoria está associada à sua reputação e maior qualidade da auditoria (Carey & Simnett, 2006).

Tabela 6: *Ordered Logistic Regression* com todas as variáveis do modelo

				obs=54
				LR chi2(7)=23.12
				Prob>chi2=0.0016
				Pseudo R ² =0.2228
	Coef.	Std. Err.	z	
B4	9.867765	1088.665	0.01	
RInter	0.3740207	0.7671614	0.49	
Nsócios	0.3584951*	0.243092	1.47	
Cap	0.00000035	0.0000104	0.34	
LnHT	-0.4416668	0.4933107	-0.90	
PHA	0.436231	2.045219	0.21	
Antig	0.1077238***	.0403102	2.67	

*, ** e *** indicam significância estatística a 1%, 5% e 10% respetivamente.

O modelo é estimado através da regressão logística ordenada – técnica *ologit*

Definição das variáveis: IDRT – índice de divulgação de informação no relatório de transparência da SROC para 2017; B4 –

dummy=1 se a SROC é uma das empresas de auditoria *Big*, =0 se não; *RInter* - *dummy*=1 se a SROC pertence a rede internacional de auditoria, =0 se não; *Nsócios*= número de sócios da SROC em 2017; *Capital*= montante (euros) do capital social da SROC em 2017; *LnHT*= logaritmo do volume de negócios total da SROC em 2017; *PHA*= quociente entre o valor dos honorários de auditoria o valor dos honorários totais da SROC em 2017; *Antig*= número de anos de existência da SROC.

Testes Adicionais

Uma vez que aquando da análise da matriz de correlação de *Pearson* (Tabela 4) se verificou que as variáveis B4 e *Nsócios* estão altamente correlacionadas de forma positiva e significativa (0.8639***), o que pode indiciar problemas de multicolineariedade ao nível do modelo de investigação original, na Tabela 7, o modelo de investigação original é estimado sem a variável B4, por forma a validar os resultados prévios encontrados e minimizar os potenciais efeitos da multicolineariedade.

Tal como podemos constatar pela leitura à Tabela 7, todas as variáveis do modelo mantêm o sinal e a significância iguais aos apresentados na Tabela 6. A exclusão da variável B4 não alterou os resultados do modelo original, pelo que podemos concluir que os potenciais efeitos da multicolineariedade derivados da elevada correlação entre B4 e *Nsócios* não contaminam o modelo original.

Tabela 7: Ordered Logistic Regression excluindo variável B4

obs=54 LR chi²(6)=23.10 Prob>chi²=0.0008 Pseudo R²=0.2226			
	Coef.	Std. Err.	z
<i>RInter</i>	0.3714079	0.7659217	0.48
<i>Nsócios</i>	0.3585117*	0.2405089	1.49
<i>Cap</i>	0.00000043	0.00000075	0.57
<i>LnHT</i>	-0.4503873	0.4873953	-0.92
<i>PHA</i>	0.3966999	2.011581	0.20
<i>Antig</i>	0.1082235***	0.0400737	2.70

*, ** e *** indicam significância estatística a 1%, 5% e 10% respetivamente.

O modelo é estimado através da regressão logística ordenada – técnica *ologit*

Definição das variáveis: *IDRT* – índice de divulgação de informação no relatório de transparência da SROC para 2017; *B4* - *dummy*=1 se a SROC é uma das empresas de auditoria *Big*, =0 se não; *RInter* - *dummy*=1 se a SROC pertence a rede internacional de auditoria, =0 se não; *Nsócios*= número de sócios da SROC em 2017; *Capital*= montante (euros) do capital social da SROC em 2017; *LnHT*= logaritmo do volume de negócios total da SROC em 2017; *PHA*= quociente entre o valor dos honorários de auditoria o valor dos honorários totais da SROC em 2017; *Antig*= número de anos de existência da SROC.

Durante a análise de conteúdo aos relatórios de transparência detetou-se que algumas SROC apresentavam problemas ao nível da divulgação dos honorários de auditoria. Em particular, verificou-se que 8 SROC agregam os honorários de auditoria e os honorários de

serviços de garantia e fiabilidade (isto é, não divulgam de forma isolada os honorários de auditoria) e 1 SROC divulga os honorários de auditoria do Grupo a que pertence e não da SROC, sendo que estas situações podem interferir nos valores da variável PHA. Assim, na Tabela 8 o modelo de investigação original é estimado excluindo da amostra as 9 SROC com problemas na variável PHA, por forma a validar a consistência dos resultados previamente apresentados. Pela leitura da Tabela 8, verifica-se que os resultados são totalmente consistentes com os apresentados na Tabela 6 e que o pseudo R^2 é agora de 24%, aumentando, relativamente à Tabela 6, a variância do IDRT explicada pelas variáveis do modelo principal (melhoria ao nível do desempenho do modelo em cerca de +2%).

Tabela 8: *Ordered Logistic Regression* excluindo SROCs com problemas na variável PHA

obs=45 LR chi2(7)=21.77 Prob>chi2=0.0028 Pseudo R2=0.2438			
	Coef.	Std. Err.	z
B4	14.01487	2064.846	0.01
RInter	0.448055	0.8252824	0.54
Nsocios	0.4749288*	0.2724227	1.74
Cap	0.00000069	0.0000111	0.06
LnHT	-0.500645	0.5281751	-0.95
PHA	0.3519309	2.121238	0.17
Antig	0.1070528***	0.0420916	2.54

*, ** e *** indicam significância estatística a 1%, 5% e 10% respetivamente.

O modelo é estimado através da regressão logística ordenada – técnica *ologit*

Definição das variáveis: IDRT – índice de divulgação de informação no relatório de transparência da SROC para 2017; B4 – *dummy*=1 se a SROC é uma das empresas de auditoria *Big*, =0 se não; RInter – *dummy*=1 se a SROC pertence a rede internacional de auditoria, =0 se não; Nsocios= número de sócios da SROC em 2017; Capital= montante (euros) do capital social da SROC em 2017; LnHT= logaritmo do volume de negócios total da SROC em 2017; PHA= quociente entre o valor dos honorários de auditoria o valor dos honorários totais da SROC em 2017; Antig= número de anos de existência da SROC.

4. Conclusão

Os escândalos financeiros das últimas décadas e a crise financeira vivida por volta do ano de 2007 levantaram a discussão sobre várias questões relacionadas com a independência do auditor, a qualidade da auditoria e a transparência da informação financeira.

Na UE, a recuperação da credibilidade da auditoria e a revitalização da confiança dos investidores deu lugar à Diretiva 2006/43/CE, que impôs requisitos mais restritos aos auditores responsáveis por auditar as contas anuais das EIP, nomeadamente a obrigatoriedade de publicação anual de um relatório de transparência. Após a necessidade de medidas mais

restritivas no sistema financeiro, e de forma a reforçar o dever de independência, integridade e objetividade, foi publicada a Diretiva 2014/56/UE (que alterou a anterior) e o Regulamento (UE) n.º 537/2014, sendo este último exclusivamente dedicado aos requisitos específicos para a revisão legal de contas de auditoria das EIP.

Em Portugal, a transposição da mais recente regulamentação europeia resultou na entrada em vigor da Lei n.º 140/2015 e da Lei n.º 148/2015, a 1 de janeiro de 2016. Assim, em Portugal também vigora, desde 2008, a obrigatoriedade de todos os auditores que realizam a auditoria às contas de EIP publicarem no seu sítio na *Internet*, no prazo máximo de quatro meses a contar do fim de cada exercício financeiro, um relatório anual de transparência.

Na presente dissertação foi realizado um estudo com os objetivos fundamentais de avaliar o grau de divulgação de informação feito pelas empresas de auditoria no relatório anual de transparência em Portugal, e de explorar os fatores corporativos que explicam essa divulgação. Para tal, foi obtida uma amostra de relatórios de transparência de 54 SROC que auditam EIP para o ano de 2017 e feita a análise de conteúdo aos mesmos.

Os resultados obtidos através da estatística descritiva mostram um grau muito satisfatório de divulgação de informação no relatório anual de transparência pelas SROC portuguesas. Contudo, uma análise pormenorizada de cada requisito de divulgação obrigatória no relatório de transparência permite perceber que uma percentagem significativa das SROC (cerca de 60%) não usavam o modelo mais abrangente do relatório de transparência previsto pelo art. 13.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 (mas o modelo previsto pelo art. 62º do EROC), e por isso não divulgaram informação sobre a rotação dos sócios principais e do pessoal. Apesar disso, conclui-se que o grau de divulgação de informação no relatório de transparência pelas SROC portuguesas é bastante satisfatório.

Em termos da análise multivariada, realizada para testar as duas hipóteses de investigação, recorreu-se ao uso de uma variação da regressão logística ordenada, à semelhança de Zorio-Grima *et al.* (2017). Em H1 exploramos a dimensão da SROC como fator explicativo do grau de divulgação de informação no relatório anual de transparência pelas SROC portuguesas. Foram usadas 5 variáveis para medir a dimensão das empresas de auditoria, sendo que apenas a variável Nsócios (que representa o número de sócios de cada SROC) revelou uma associação positiva e estatisticamente significativa com o IDRT. Conclui-se, assim, que uma das vertentes da dimensão das empresas de auditoria, o número de sócios da SROC, é um fator explicativo do

grau de divulgação no relatório de transparência das empresas de auditoria, pelo que se estabelece apenas uma aceitação parcial de H1.

Em consonância a literatura anterior (Deumes *et al.*, 2012; Cular, 2017; Zorio-Grima *et al.*, 2017), a evidência recolhida nesta dissertação revela que as empresas de auditoria de maior dimensão, em particular, com maior número de sócios, têm maior nível de transparência, ou seja, divulgam maior grau de informação no relatório de transparência. Por outro lado, contrariamente a outros estudos (Bedard *et al.*, 2010; Deumes *et al.*, 2012; Zorio-Grima *et al.*, 2017), o volume de negócios da SROC não se mostra relacionado de forma positiva e significativa com o grau de informação no relatório de transparência. Salienta-se, contudo, que em consonância com Zorio-Grima *et al.* (2017) e Pivac e Cular (2012), as *BigFour* e as SROC pertencentes a rede internacional não apresentam um índice de divulgação de informação no relatório de transparência significativamente mais elevado do que as restantes SROC.

Em H2, avalia-se a relação entre o grau de divulgação de informação no relatório de transparência e o peso relativo dos honorários de auditoria no volume de negócios total da SROC, isto é, e a independência dos auditores. O resultado da variável PHA (peso dos honorários de auditoria sobre os honorários totais da SROC), apesar de positivo, não é estatisticamente significativo. Assim, H2 é rejeitada. Embora o resultado expresse a ideia de que as SROC com maior percentagem de honorários de auditoria face ao volume de honorários totais, divulgam mais informação no seu relatório de transparência, tal como em Zorio-Grima *et al.* (2017), esse resultado não tem significância estatística. Assim, não podemos concluir que a independência dos auditores é um fator determinante do grau de divulgação de informação no relatório de transparência.

Os resultados obtidos na análise principal para H1 e H2 são robustos a vários testes adicionais. Finalmente, obteve-se evidência de que a antiguidade da SROC é um fator estatisticamente significativo e determinante do IDRT, isto é, quanto mais antiga a SROC, maior o grau de divulgação de informação no relatório de transparência. Tal evidência é consistente com o argumento de que a antiguidade das SROC está associada à sua reputação e maior qualidade da auditoria (Carey & Simnett, 2006).

Esta dissertação sofre de algumas limitações impostas pela natureza do trabalho realizado. O facto de não existir uma lista pública com os nomes ROC/SROC obrigados a apresentar um relatório de transparência em Portugal traz consigo limitações na recolha de

dados. A reduzida dimensão da amostra é outra limitação do estudo, bem como o facto de ter sido apenas analisado o ano de 2017.

Este estudo contribui para a escassa literatura sobre os relatórios de transparência (Zorio-Grima *et al.*, 2017). Por outro lado, é importante para os organismos reguladores da profissão, ao revelar uma imagem do grau de divulgação de informação no relatório de transparência e ao explorar os fatores corporativos que explicam essa divulgação. A importância dos relatórios de transparência é reconhecida pela IOSCO (2015) ao revelar que a informação contida nos relatórios de transparência podem auxiliar a tomada de decisão pelos diversos *stakeholders*.

A exploração e análise da qualidade da informação divulgada nos relatórios de transparência abre novas e interessantes vias para a investigação futura.

5. Referências Bibliográficas

- Bartlett, R. W. (1991). A heretical challenge to the incantations of audit independence. *Accounting Horizons*, 5(1), 11–16.
- Bedard, J. C., Johnstone, K. M. & Smith, E. F. (2010). Commentary. Audit quality indicators: a status update on possible public disclosure and insights from audit practice. *Current Issue in Auditing*, 4(1), C12-C19.
- Bell, T. B., Causholli, M., & Knechel, W. R. (2015). Audit firm tenure, non-audit services, and internal assessments of audit quality. *Journal of Accounting Research*, 53(3), 461–509.
- Cameran, M.; Francis, J. R.; Marra, A., & Pettinicchio, A. K. (2015). Are There Adverse Consequences of Mandatory Auditor Rotation? Evidence from the Italian Experience. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 34 (1), 1–24.
- Carey, P., & Simnett, R., 2006. Audit Partner Tenure and Audit Quality. *The Accounting Review*, 81 (3), 653-676.
- Carson, E. (2009). Industry Specialization by global audit firm networks. *The Accounting Review*, 84(2), 355-382.
- Chen, Y. S., Chang, B. G. & Lee, C. C. (2008). The association between continuing professional education and financial performance of public accounting firms. *The International Journal of Human Resource Management*, 19(9), 1720-1737.

CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários. Lista dos SROC registados na CMVM. Disponível em <https://web3.cmvm.pt/sdi/auditores/sroc.cfm>.

Comissão Europeia (2002). *Commission Recommendation of 16 May 2002 - Statutory Auditors' Independence in the EU: A Set of Fundamental Principles*. Obtido de <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A32002H0590>.

Comissão Europeia (2008). *Commission Recommendation of 6 May 2008 on external quality assurance for statutory auditors and audit firms auditing public interest entities*. Obtido de <https://publications.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/e4982d02-a516-4d00-8d14-970adad53b16>.

Comissão Europeia (2010). *Green Paper - Audit Policy: Lessons from the Crisis*. Obtido de [http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/documents/com/com_com\(2010\)0561_/com_com\(2010\)0561_en.pdf](http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/documents/com/com_com(2010)0561_/com_com(2010)0561_en.pdf).

Čular, M. (2014). Transparency of audit firms in Croatia. *Special Journal Issue on Advances in Business, Finance, Economics and Management*, 8(3), 324–328.

Čular, M. (2017). Transparency report delay and disclosure by Croatian audit firms. *Croatian Operational Research Review*, 299-316.

DeAngelo, L. E. (1981a). Auditor independence, 'low balling', and disclosure regulation. *Journal of Accounting and Economics*, 3(2), 113-127.

DeAngelo, L. E. (1981b). Auditor size and audit quality. *Journal of Accounting and Economics*, 3(3), 183-199.

Deumes, R., Schelleman, C., Bauwhede, H.V. & Vanstraelen, A. (2012). Audit Firm Governance: Do Transparency Reports Reveal Audit Quality? *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 31(4), 193-214.

Decreto-Lei n.º 49381/69, de 15 de novembro.

Decreto-Lei n.º 422-A/93, de 30 de dezembro.

Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de novembro.

Decreto-Lei n.º 224/2008 de 20 de novembro.

Decreto-Lei n.º 225/2008 de 20 de novembro.

Decreto-Lei n.º 1/72, de 3 de janeiro.

Decreto-Lei n.º 519-L2/79, de 29 de dezembro.

Diretiva 2006/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de maio de 2006, Relativa à revisão legal das contas anuais e consolidadas. Obtida de <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2006:157:0087:0107:PT:PDF>.

Diretiva 2014/56/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, que altera a Diretiva 2006/43/CE relativa à revisão legal das contas anuais e consolidadas. Obtida de <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32014L0056>.

Ferreira, G.C.J. (2016). *Evolução da regulamentação da auditoria em Portugal – Os novos desafios do setor*. Tese de Mestrado em Auditoria e Análise Financeira. Escola Superior de Gestão. Instituto Politécnico de Tomar, Tomar.

Francis, J. R., Maydew, E. L., & Sparks, H. C. (1999). The Role of Big 6 Auditors in the Credible Reporting of Accruals. *Auditing*, 18(2), 17-18.

Francis, J., Michas, P. N., & Seavey, S. E. (2013). Does audit market concentration harm the quality of audited earnings? Evidence from audit markets in 42 countries. *Contemporary Accounting Research*, 30(1), 325–355.

Francis, J. R. (1984). Effect of audit firm size on audit prices, a study of the Australian market. *Journal of Accounting and Economics*, 6, 133–151.

Francis, J. R. (2004). What do we know about quality? *The British Accounting Review*, 26(4), 345-368.

Francis, J. R. & Yu, M. D. (2009). Big 4 office size and audit quality. *The Accounting Review*, 84(5), 1521-1552.

Fu, Y., Carson, E., & Simnett, R. (2015). Transparency report disclosure by Australian audit firms and opportunities for research. *Managerial Auditing Journal*, 30(8/9), 870–910.

Garcia-Blandon, J., & Argilés-Bosch, J. M. (2016). Audit partner tenure and independence in a low litigation risk setting. *Accounting in Europe*, 13(3), 405–424.

Girdhar, S. (2015). *The Internationalization of Big Accounting Firms and the Implications on their Practices and Structures: An Institutional Analysis*. Doctoral dissertation, Aarhus University, School of Business and Social Sciences.

Hussein, F., & ModHanefah, M. (2013). Overview of surrogates to measure audit quality, International. *Journal of Business and Management*, 8(17), 84–91.

IAASB (2014). *A framework for audit quality*. IFAC. New York.

IAASB (2015). *Handbook of International Quality Control, Auditing, Review, Other Assurance, and Related Services Pronouncements*. IFAC. New York.

IESBA (2013). *Handbook of the International Code of Ethics for Professional Accountants including International Independence Standards*. IFAC. New York.

IESBA (2018). *Handbook of the Code of Ethics for Professional Accountants*. IFAC. New York

IOSCO (2009). *Transparency of firms that audit public companies, Consultant report*. Obtido de <http://www.iasplus.com/en/binary/iosco/0909transparency.pdf>.

IOSCO (2015). *Transparency of firms that audit public companies*. Obtido de www.iosco.org/library/pubdocs/pdf/IOSCOPD511.pdf.

Lei n.º 140/2015 de 7 de setembro.

Lei n.º 148/2015 de 9 de setembro.

Lenz, H. & James, M. L. (2007). International audit firms as strategic networks - The evolution of global professional service firms. In Cliquet, G., Hendrikse G., Tuunanen, M., Windsperger, J. (Eds), *Economics and Management of Networks*, 367-392. Physica Verlag Heidelberg, New York.

Loft, A., Humphrey, C., Turley, S., & Unerman, J. (2006). In pursuit of global regulation: Changing governance and accountability structures at the International Federation of Accountants (IFAC). *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 19(3), 428–451.

Moizer, P., García Benau, M. A., Humphrey, C., & Vico Martinez, A. (2004). The corporate image of auditors in a developing audit market within the EU: The case of Spain. *European Accounting Review*, 13, 561–582.

Pivac, S., & Čular, M. (2012). Quality index creating and analysis of the transparency of audit firms – Case study in Croatia. *Croatian Operational Research Review*, 3, 224–235.

Portaria n.º 83/74, de 6 de fevereiro.

Pott, C., Mock, T. J., & Watrin, C. (2008). The effect of a transparency report on auditor independence: practitioners' self-assessment. *Review of Managerial Science*, 2(2), 111-127.

Quick, R. (2012). EC green paper proposals and audit quality. *Accounting in Europe*, 9(1), 17–38.

Ratzinger-Sakel, N. V. S., & Schönberger, M. W. (2015). Restricting non-audit services in Europe – the potential (lack of) impact of a blacklist and a fee cap on auditor independence and audit quality. *Accounting in Europe*, 12(1), 61–86.

Regulamento n.º 17/2017, da OROC – Regulamento de Formação.

Regulamento (UE) n° 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014.

Obtido de <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/pt/TXT/?uri=CELEX:32014R0537>.

Sikka, P. (2009). Financial crisis and the silence of the auditors. *Accounting, Organizations and Society*, 34(6/7), 868–873.

Studenmund, A. H. (1992). *Using Econometrics: A Practical Guide*. New York: Harper Collins.

Windmüller, R. (2000). The auditor market and auditor independence. *European Accounting Review*, 9(4), 639-642.

Wyman, P. (2004). Is auditor independence really the solution? *The CPA Journal*, 74(4), 6.

Zorio-Grima, A., Benau, M. A. G., Grau, A. J. & Ojeda, F. P. (2017). El informe de transparencia de las firmas auditoras: Evidencia del mercado español 2010-2013. *Spanish Journal of Finance and Accounting*, 47(2), 280–305.

APÊNDICES

Apêndice 1: Valores das variáveis que integram o IDRT para 2017

Componentes do IDRT	EJ	RD	EG	SCIQ	CQ	LEIP	PI	FOR	BRS	ROT	IF
Somatório dos cumprimentos	53	50	54	54	50	54	54	54	54	22	54

Apêndice 2: Valores do índice de divulgação de informação por SROC para 2017

Nº da SROC	IDRT
5	.9090909
19	1
21	.8181818
23	1
28	1
29	1
31	1
43	1
46	1
51	1
52	.9090909
53	.9090909
57	.9090909
62	1
64	.9090909
67	1
69	.9090909
71	1
74	1
89	.9090909
90	.7272727
92	.9090909
96	.9090909
100	1
104	.9090909
113	.9090909
115	.9090909
116	1
119	.9090909
123	.9090909
125	.9090909
143	.9090909
147	.9090909
151	.9090909
152	1
164	.9090909
173	.9090909
178	1
181	.9090909
182	.8181818
183	1
186	.9090909
189	1
191	.9090909
192	.9090909
197	1
219	.9090909
230	.9090909
235	.9090909
246	.8181818
284	.9090909
292	.9090909
310	.8181818